



DIAGNÓSTICO SOCIAL
CONCELHO DE
MACEDO DE CAVALEIROS

Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros

ÍNDICE

	Pág.
Rede Social – Premissas e Considerações -----	5
I O Concelho de Macedo de Cavaleiros: Diagnóstico Social -----	8
1. Nota Introdutória -----	8
2. Caracterização do Concelho -----	8
2.1. Demografia -----	8
2.2. Educação / Nível de Instrução -----	10
2.3. Saúde -----	14
2.4. Acção Social -----	15
2.4.1. Equipamentos Sociais -----	15
2.4.2. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens -----	16
2.4.3. Rendimento Mínimo Garantido -----	17
2.5. Emprego / Formação Profissional -----	19
2.5.1. Emprego / Desemprego -----	19
2.5.2. Formação Profissional -----	21
2.6. Habitação, Habitação Social e Infra-Estruturas de Saneamento Básico -----	22
2.7. Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos -----	23
2.8. Actividades Económicas -----	24
2.9. Segurança -----	25
II Abordagem Sistemática das Informações Recolhidas: Breve Reflexão -----	26
Matriz S.W.O.T. para o Concelho de Macedo de Cavaleiros -----	33
III Plano de Intervenção para o Concelho de Macedo de Cavaleiros: Linhas Estratégicas e Objectivos Específicos -----	35
IV Rede Social e Complementaridade: Projectos Sociais em Curso -----	38
V Projectos de Intervenção. Introdução -----	41
Projectos -----	42
Bibliografia -----	54
Anexos -----	55

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

	PAG.
Quadro 1 Objectivos Gerais e Específicos do CLAS de Macedo de Cavaleiros -----	7
Figura 1 População Residente no Concelho de Macedo de Cavaleiros, com 18 e mais anos, por Freguesia – 1991/99 -----	9
Figura 2 Taxa de Analfabetismo no Concelho de Macedo de Cavaleiros, por Freguesia em 1991 --	10
Quadro 2 Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, segundo o Número de Utentes, por Freguesia em 2000 -----	11
Figura 3 Equipamentos de Apoio à 1ª Infância de Carácter Particular, segundo o Número de Utentes, no Concelho de Macedo de Cavaleiros – 1999/2000 -----	11
Figura 4 Escolas do EB 1º Ciclo segundo o Número de Alunos, por Freguesia, no Concelho de Macedo de Cavaleiros – 1999/2000 -----	12
Figura 5 Alunos da Escola EB 2/3 e Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, segundo a Proveniência – 1999/2000 -----	13
Quadro 3 Cursos Superiores e Complementares de Formação do Instituto Piaget em Macedo de Cavaleiros – 2000 -----	13
Figura 6 Consultas com Internamento, segundo a Especialidade Clínica, o Escalão Etário e o Sexo do Utente no Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros -----	14
Figura 7 Número de Utentes do Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros, segundo o Sexo e o Escalão Etário em 2000 -----	15
Quadro 4 Equipamentos Sociais de Apoio à 3ª Idade no Concelho de Macedo de Cavaleiros, por Freguesia em 2001 -----	15
Figura 8 Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ de Macedo de Cavaleiros, segundo o Tipo de Problemática Associada – 2001 -----	17
Figura 9 População Residente Beneficiária do RMG, segundo o Escalão Etário no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000 -----	18
Quadro 5 Caracterização dos Agregados Beneficiários do RMG, segundo a Tipologia das Famílias, o Número de indivíduos por Agregado e as Condições Habitacionais – 2000 -----	18
Figura 10 Agregados Beneficiários do RMG, segundo a Situação Sócio-Económica, no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000 -----	19
Figura 11 População Desempregada, segundo o Sexo no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000 (%) -----	20
Figura 12 População Desempregada Concelho de Macedo de Cavaleiros, segundo o Nível de Instrução e Sexo em 2000 (%) -----	20
Quadro 6 Cursos de Formação do IEFP – Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros – 2000 ----	21
Figura 13 Razões de Candidatura a Habitação Social no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000 -----	23
Quadro 7 Número de Processos Cíveis, Penais, Tutelares e Tutelares Cíveis na Comarca de Macedo de Cavaleiros – 2000 -----	25

Não se cuide que isto se fará falando ou escrevendo; isto se fará fazendo.

Agostinho da Silva

Rede Social - Premissas e Considerações

A crescente complexidade da sociedade, a aproximação necessária de diferentes culturas, dos cidadãos e o reconhecimento das diferenças leva-nos a considerar o *desenvolvimento* como uma premissa universal. Não podemos entender conceitos como qualidade de vida ou bem-estar social sem equiponderar as necessidades dos diferentes grupos sociais.

Para haver rede e consequentemente desenvolvimento tem de haver uma vontade comum, vontade essa que se baseia na confiança local nos recursos e na capacidade de os combinar de forma racional. Neste âmbito, é necessária a concertação de esforços dos vários agentes (económicos, sociais, políticos e institucionais) numa lógica comum e comunitária. *É aquilo a que se chama frequentemente a “Cultura do Desenvolvimento”: a situação atingida por uma população ao sentir-se capaz e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria, integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global – pessoal como colectivo, económico como cultural como socio-político.* [MELO;1998:5]

Outra questão que não pode ser descurada é a concerne à implicação neste processo de toda a Sociedade Civil, sob pena de se perderem valores essenciais, tais como a optimização da qualidade de vida a nível individual e social, a valorização das culturas comunitárias ou a promoção activa da solidariedade social. Por tal, é imperativo que se envolvam as pessoas de um modo consciente, esclarecido, que reflecta a tomada de consciência da cidadania participada e que se possa dirimir o domínio crescente da Burocracia, da Tecocracia e do Comercialismo sobre as relações sociais.

Ao processo de desenvolvimento que se estima e promove está associada a noção de horizontalidade. Se se advoga o declínio do Estado Providência, este deve passar por uma redefinição do sector público de modo a que possam aceitar a subversão da lógica sectorial em favor de uma lógica comum. Caberá às Associações, como à Sociedade Civil, na sua complexidade e diversidade, reivindicarem a construção deste Estado, exigindo a instituição de um quotidiano democrático, que não se confunda com uma Administração burocratizada, mas antes que descentralize verdadeiramente, para ser fortalecido, e ao mesmo tempo redistribuído por vários níveis de concepção, debate e decisão no seio da sociedade.

O Desenvolvimento garante-se mediante a produção local, de bens e serviços, materiais e imateriais, pela valorização dos recursos endógenos, humanos e naturais. Todavia, o processo é *mais lento, mais esforçado, menos fácil de controlar e centralizar. Mas é o único processo que pode garantir, a longo prazo, um Desenvolvimento genuíno e espalhado por toda uma população e por todo um território. O resto é crescimento virtual, só de números, que se traduz em fogo de vista facilmente apagado por desvalorizações monetárias e inflações acrescidas.* [MELO;1998:7]

A Rede Social, e associado ao agora descrito, tem uma preocupação fundamental: a Acção Social. São notórios os avanços nesta área, tendo-se multiplicado os projectos e medidas de intervenção. Contudo, a exclusão subsiste e as populações, designadamente aquelas que se localizam em espaços rurais, onde falta quase tudo, sobretudo a (in)formação, necessitam de intervenção urgente, razão pela qual a união de esforços, de modo sistemático e concertado, repita-se, deve tornar-se na premissa essencial da política social que a Rede encerra. Primeiro, é necessário dar visibilidade pública aos problemas da pobreza¹ e da exclusão social e sensibilizar a população em

¹ A noção de pobreza tende a ser utilizada indistintamente em relação à de exclusão, contudo, pode ser usada com mais rigor para referir um a das dimensões mais determinantes dos processos de produção e reprodução de exclusão social: a das deficientes condições materiais de existência ou a insuficiência de recursos de ordem económica, cultural e social.

geral para tal, muito especialmente os responsáveis políticos e a comunicação social. Se é um facto que a preocupação com estas questões tomou novo fôlego, é igualmente verdade que a pobreza intensificou a sua incidência, tornando-se um dos maiores problemas da actualidade. Os excluídos não vêm consignados os seus mais elementares direitos de cidadania. *Produzem-se situações de exclusão social porque (...) os agentes sociais institucionalizados não oferecem (...) aos seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhes estão associados.* [VIEGAS; COSTA;1998:211]

Para colmatar as situações de pobreza e exclusão, existem sistemas redistributivos da riqueza e dos recursos. Estes sistemas de protecção social constituem importantes instrumentos de inserção social, os quais, todavia, face à pressão crescente de âmbito socio-económico, como seja a elevação do nível das exigências dos beneficiários, o aumento do desemprego e o aumento do rácio da dependência dos pensionistas, fruto, em grande medida, do envelhecimento da população e do aumento da esperança de vida, sofrem deficiências na sua aplicação quer em termos de população atingida, quer no montante atribuído, que ficam muito aquém do exigido. Mencione-se a este respeito, o Rendimento Mínimo Garantido, que encontra nos seus fundamentos a atribuição de um rendimento considerado como o mínimo indispensável para a sobrevivência das famílias carenciadas. Esta e outras medidas de Acção Social possibilitam, todavia, uma leitura eventualmente perversa: por um lado, os critérios de selecção dos potenciais assistidos por vezes deixam de parte determinados casos sociais; noutras circunstâncias, o apoio pecuniário e outros de carácter complementar, atribuídos a um número crescente de assistidos, faz aumentar outros fenómenos sociais como a ociosidade e a subsídio-dependência, acentuando as diferenças ou fazendo retomar o ciclo vicioso da exclusão.

A nova política social procura, através de uma intervenção concertada dos vários agentes sociais, organismos públicos e entidades privadas, implementar medidas que abordem as problemáticas integralmente. Os Conselhos Locais de Acção Social, compostos por representantes dos vários sectores de intervenção ao nível social, deverão funcionar como um corpo plenamente desburocratizado, horizontal, fazendo concessões para construir estratégias que verdadeiramente sirvam os interesses da população.

À Rede Social está inerente uma política de apoio que abrange a população alvo da Acção Social, procurando também dar solução às restantes problemáticas que fazem parte do quotidiano social, procurando consolidar a consciência pessoal e colectiva para os problemas sociais. Neste âmbito, o Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros, propõe-se pôr em prática as premissas estabelecidas na lei ², congregando os esforços das entidades que incorrem neste desafio.

O Concelho de Macedo de Cavaleiros tem particularidades características do interior português: composto por uma vasta zona rural, desertificada e envelhecida e pela cidade que concentra o maior volume de população, os serviços e os equipamentos. O desafio que se coloca nesta fase de trabalho é conhecer essa realidade e inventariar os problemas e o seu grau de incidência e ainda o tipo de recursos disponíveis e a sua adequação ao território em estudo.

A presente investigação irá apresentar o retrato do Concelho, de um modo sistematizado, procurando fazer uma reflexão preliminar relativamente aos fenómenos observados. Desta resulta, numa primeira fase, uma análise descritiva dos dados observados e posteriormente num quadro resumo no qual se fará a apreensão global, procurando cruzar as necessidades/ problemas, os recursos, as ameaças e as potencialidades. Para a recolha de

² Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97 de 18 de Novembro.

dados usaram-se fontes primárias - designadamente inquéritos por questionário elaborados pela equipa técnica para recolha de informações nas Escolas do Concelho, no Centro de Saúde e Hospital e junto dos Presidentes de Junta; as fontes secundárias consultadas resultam na recolha de dados das várias entidades consideradas para análise (fontes estatísticas e bibliográficas).

A unidade territorial é a freguesia, uma vez que se trata de um Concelho com um número relativamente vasto de freguesias (38 no total), cujas extremidades geográficas indiciam potenciais diferenças que merecem uma abordagem cuidada.

A seguir apresentam-se os objectivos gerais e específicos que irão reger não só o trabalho agora em execução, mas também todo o trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros:

Quadro 1
Objectivos Gerais e Específicos do CLAS de Macedo de Cavaleiros

Objectivos Gerais	Objectivos Específicos
<p>1. Conhecer a realidade do Concelho, procurando a sistematização da informação nas suas diferentes vertentes;</p>	<p>→ Conhecer a estrutura sócio-demográfica populacional do concelho, segundo as seguintes categorias: população jovem; população idosa; famílias monoparentais; população desempregada; minorias étnicas; população deficiente;</p> <p>→ Caracterizar a população-alvo de acordo com a sua situação sócio-económica;</p> <p>→ Inventariar e classificar as infra-estruturas básicas do Concelho; Inventariar os equipamentos culturais e a intervenção associativa do Concelho;</p> <p>→ Conhecer os indicadores do nível de vida da população do Concelho, designadamente nas freguesias rurais;</p>
<p>2. Sensibilizar as entidades, designadamente aquelas que já se encontram envolvidas neste processo, para os princípios que regulam a rede social;</p>	<p>→ Promover a criação de um sistema de informação contínuo por forma a possibilitar (re)conhecer, a cada momento, a realidade do Concelho;</p> <p>→ Incentivar a parceria de tipo horizontal, motivando as entidades a participar num projecto comum;</p> <p>→ Articular as necessidades e dificuldades dos parceiros, procurando respostas que beneficiem a optimização dos seus serviços e que sirvam a vontade comum.</p>
<p>3. Elaborar estratégias e medidas de intervenção que reflectam o (re)ajuste da concertação de esforços, promovendo o incremento da qualidade de vida, tendo em conta as especificidades da região.</p>	<p>→ Elaborar projectos comuns de intervenção que resolvam de um modo holístico e atempado as necessidades da população;</p> <p>→ Desburocratizar os serviços/recursos de modo que tenham aplicabilidade realista face aos problemas;</p> <p>→ Promover acções de sensibilização dirigidas à população em geral que possibilitem a sua implicação no processo de desenvolvimento;</p> <p>→ Avaliar as medidas tomadas, procurando flexibilizá-las de acordo com as alterações produzidas na comunidade.</p>

I O Concelho de Macedo de Cavaleiros: Diagnóstico Social

1 . Nota introdutória

O diagnóstico da realidade social realizada para o Concelho de Macedo de Cavaleiros teve em conta nove áreas temáticas (apresentadas abaixo), das quais se procurou identificar e interpretar as causas dos problemas e o grau de incidência dos mesmos para a elaboração de estratégias adequadas à realidade concreta.

ÁREAS TEMÁTICAS		
Demografia/ População	Habitação/ Habitação Social e Infra-Estruturas de Saneamento Básico	Educação
Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos	Saúde	Acção Social
Segurança	Emprego e Formação Profissional	Actividades Económicas

A partir dos nove temas apresentados, enunciaram-se os principais indicadores a ter em conta para a análise. Será de referir que foi sentido algum constrangimento na obtenção de dados, designadamente ao nível da demografia, que carece de informação actualizada por freguesia³. Outros temas foram alvo igualmente de dificuldade na recolha de informação, por deficit de sistematização ou sigilo da mesma.

2. Caracterização do Concelho

2.1. Demografia

O Concelho de Macedo de Cavaleiros situa-se na Província de Trás-os-Montes, mais propriamente no Distrito de Bragança e é constituído por 38 Freguesias num total de 67 povoações. Trata-se de um Concelho marcadamente rural, sofrendo o processo de desertificação sentido pela generalidade das regiões do interior do país.

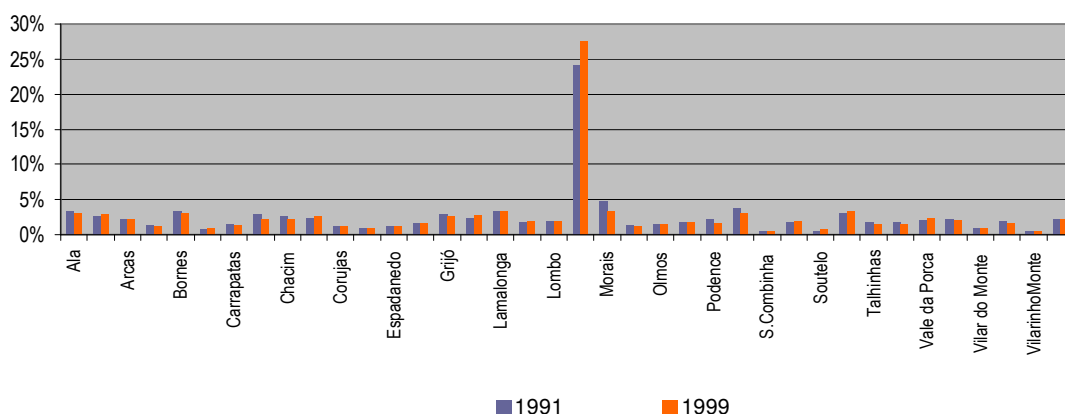
Este processo tem vindo a ser sentido desde há várias décadas, sendo o decréscimo populacional na ordem dos 12% de 1981 para 1991. O fenómeno do duplo envelhecimento da população, constituído pela diminuição do peso relativo da população jovem e pelo aumento considerável das camadas etárias superiores, tem vindo a ser sentido como consequência dos condicionantes mencionados, face à diminuição do volume de nascimentos, aos fluxos migratórios e estes devido ao estrangulamento do mercado de trabalho.

³ Muito embora os dados decorrentes dos Censos 91 estejam já desfasados, estes foram utilizados para fins comparativos, tendo-se procedido ainda à recolha de dados sobre a população por **freguesia** junto dos Presidentes de Junta (através dos Cadernos Eleitorais). Aguarda-se, contudo, a sistematização da informação do Recenseamento de 2001 do INE.

Dado que carecemos, nesta fase, de dados sistematizados por freguesia/lugar, em termos da estrutura da população, especialmente a população por grupos etários, como de resto já foi explicitado, optou-se por se fazer uma análise comparativa relativamente à população com 18 e mais anos, da qual se apresenta o gráfico abaixo:

Figura 1

População Residente no Concelho de Macedo de Cavaleiros, com 18 e mais anos, por Freguesia - 1991/99



Fonte: Censos 91/ Cadernos Eleitorais 1999

Com uma densidade populacional de 20.000 indivíduos, distribuídos pelas 38 freguesias, esta unidade administrativa tem vindo a assistir, sobretudo nos últimos anos, a um acréscimo populacional na Sede de Concelho, explicado pelo êxodo rural e também pela atracção de população oriunda de outras regiões.

A existência de Ensino Superior, assim como a criação de novas categorias sociais (provenientes do sector dos serviços, como a saúde, justiça, administração do território, entre outras), contribuem determinantemente para este facto, uma vez que concorrem para engrossar o volume populacional da cidade e freguesias circundantes.

Em contraste, as freguesias rurais prosseguem, de um modo geral, o fenómeno da desertificação e envelhecimento populacional. Tal como o resultado da análise dos dados relativos aos Censos de 81 e de 91, com a excepção da Sede de Concelho, não se regista aumento significativo de volume da população, havendo pelo contrário, um número expressivo de freguesias, com uma quebra acentuada.

Uma das causas prováveis resulta da já referida concentração da população do Concelho em Macedo de Cavaleiros, ou noutros concelhos da Região e do País, além de outros factores como o declínio da fecundidade, que redundam na diminuição do peso da população jovem e o aumento da esperança de vida, que faz aumentar proporcionalmente o da população idosa.

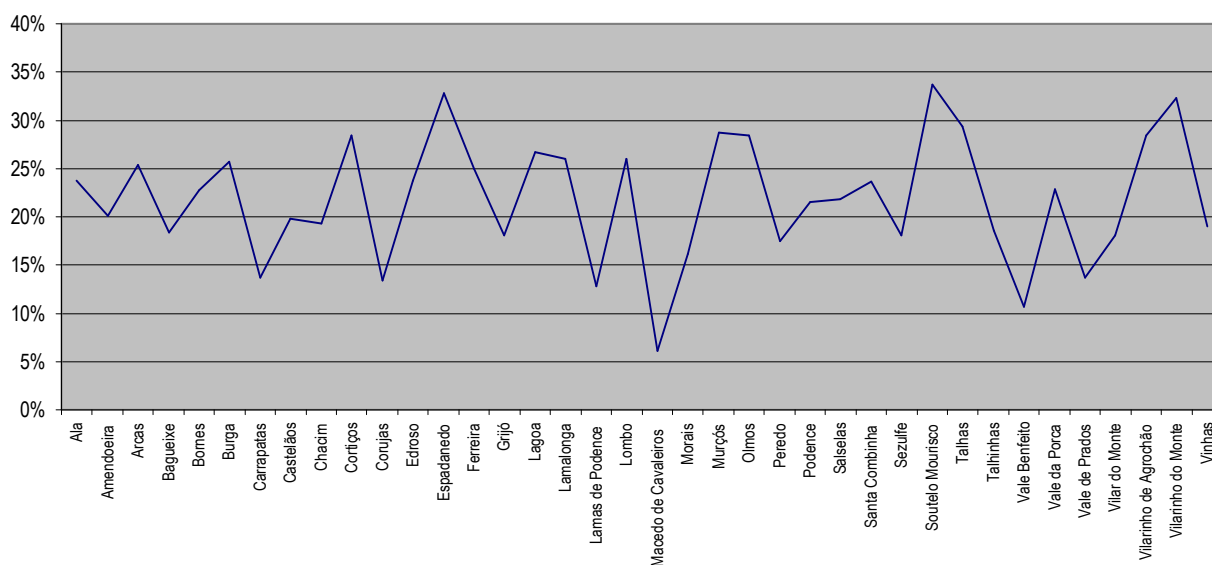
A oferta de serviços de primeira necessidade é cada vez mais escassa (como seja a inexistência de Postos de Correio ou de Extensões de Saúde), tendo notórios reflexos em termos de precariedade da qualidade de vida destas populações, que têm de se deslocar à Sede para a satisfação das suas necessidades, muitas vezes à custa de grandes sacrifícios.

2.2. Educação/Nível de Instrução

Relativamente ao nível de instrução da população, e reportando os dados ao último recenseamento, os seus valores relativos são pouco animadores, considerando que a taxa de analfabetismo é, em média, de 22% em 1991, contrastando com os 11% nacionais para igual período. De seguida, apresentam-se graficamente as oscilações por freguesia:

Figura 2

Taxa de Analfabetismo no Concelho de Macedo de Cavaleiros, por Freguesia em 1991



Fonte: Censos 91

Mais uma vez se evidencia a Freguesia de Macedo de Cavaleiros, cuja taxa de analfabetismo ronda os 6%. De resto, apenas 5 freguesias conhecem valores abaixo dos 15%. Os valores mais significativos ultrapassam os 25% e representam 14 freguesias. As razões apontadas já foram em parte explicadas pelo referido a propósito da evolução demográfica. Assim, as freguesias mais desertificadas e envelhecidas conhecem evidentemente taxas de analfabetismo mais significativas, porque naturalmente os baixos níveis de instrução estão associados às camadas etárias mais elevadas. Este quadro, embora baseado em dados estatísticos analisados à cerca de uma década, continuam a ter alguma pertinência, se pensarmos que o processo de desertificação e isolamento rural está mais evidenciado.

Enfatizando o que foi dito atrás, regista-se uma diminuição de alunos do Ensino Pré-Escolar Público, cuja média aponta para 11 crianças por estabelecimento⁴, valor que tem em linha de conta as crianças residentes em Macedo, o que ainda assim pode dar uma ideia errónea. Verifiquem-se os dados constantes no quadro abaixo:

⁴ Do total das 38 freguesias apenas 17 têm Ensino Pré-Escolar, pertencendo três estabelecimentos à Sede de Concelho (Macedo n.º1, Macedo n.º2 e Travanca)

Quadro 2

Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, segundo o número de utentes, por Freguesia em 2000

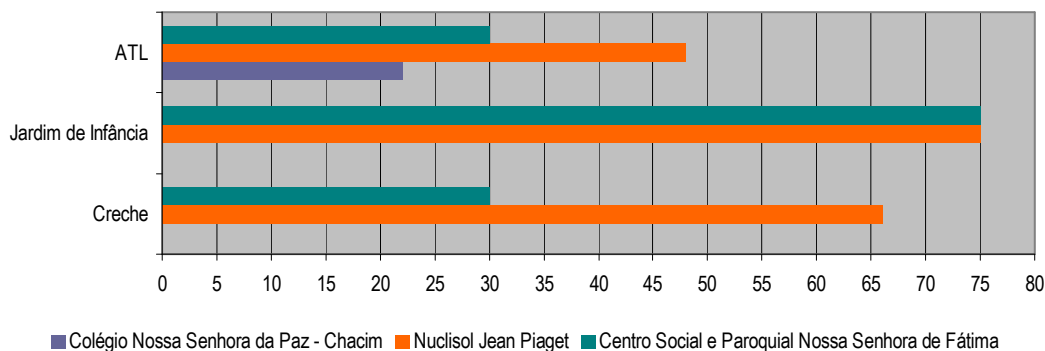
Localidade	N.º de Utentes
Bagueixe	6
Bornes	13
Castelãos	6
Corujas	7
Grijó	5
Lagoa	9
Lamas	3
Lombo	9
Macedo n.º 1	45
Macedo n.º 2	31
Travanca	10
Morais	8
Peredo	10
Podence	6
Talhas	10
Vale da Porca	11
Vale de Prados	3
Vilarinho de Agrochão	7
Vinhas	6

Fonte: Questionário Rede Social

Em Macedo de Cavaleiros existem duas instituições de carácter particular que, para além de Ensino Pré-Escolar têm também serviço de Creche e ATL, apresentando-se este último também na freguesia de Chacim. No total, estas instituições têm 346 utentes.

Figura 3

Equipamentos de Apoio à 1ª Infância de carácter particular, segundo o número de utentes, no Concelho de Macedo de Cavaleiros 1999/2000

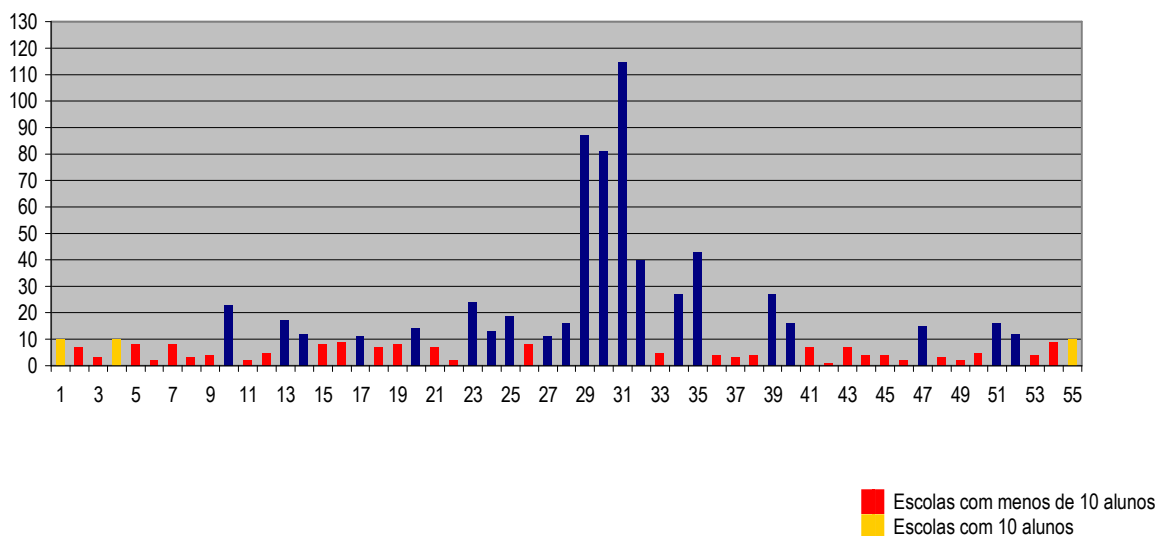


Fonte: Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança

À semelhança do que se verifica no Ensino Pré-Escolar, o número de alunos do Ensino Básico 1º Ciclo é igualmente diminuto, havendo 27 Escolas com menos de 10 alunos (de um total de 53 Escolas). Prevê-se o encerramento de algumas dessas escolas, estando já em fase de planeamento a criação de estabelecimentos de Ensino Integrado.

Figura 4

**Escolas do EB 1º Ciclo segundo o número de alunos, por freguesia no Concelho de
Macedo de Cavaleiros - 1999/2000**



Legenda: 1- Ala; 2- Brinço; 3- Meles; 4- Amendoeira n.º1; 5-Amendoeira n.º2 (Latães); 6- Gradíssimo; 7- Arcas; 8- Mogrão; 9-Bagueixe; 10- Bornes; 11- Burga; 12- Carrapatos; 13- Castelãos; 14- Chacim n.º1; 15- Chacim n.º2 (Sobreiró); 16- Cortiços; 17- Cernadela; 18- Corujas; 19- Edroso; 20- Espadanedo; 21- Ferreira; 22- Comunhas; 23- Grijó; 24- Lagoa; 25- Lamalonga; 26- Fomos de Ledra; 27- Lamas de Podence; 28- Lombo; 29- Macedo n.º1; 30- Macedo n.º2; 31- Macedo n.º3; 32- Macedo n.º4; 33- Nogueirinha; 34- Travanca; ; 35- Morais; 36- Sobreda; 37- Murçós; 38- Olmos; 39- Peredo; 40- Podence; 41- Limãos; 42-Santa Combinha; 43- Sezulfe; 44- Vale Pradinhos; 45- Soutelo Mourisco; 46- Talhas; 47- Talhinhas; 48- Vale Benfeito; 49- Vale da Porca; 50- Vale de Prados; 51- Vilar do Monte; 52- Vilarinho de Agrochão; 53- Vinhas

Fonte: Centro de Área Educativa de Bragança

Se o Ensino Pré-Escolar é de frequência facultativa, o Ensino Básico é obrigatório, pelo que, e de acordo com informações dos autarcas, que não registam absentismo escolar de grande monta, a falta de alunos nas escolas é explicada mais uma vez pela quebra da fecundidade e também pelo êxodo populacional, o que faz denotar um novo quadro social nas freguesias rurais do interior transmontano em geral.

De referir que o Ensino Recorrente está presente nas freguesias de Morais e Podence (1º Ciclo), cuja faixa etária ultrapassa genericamente os 45-64 anos (39 alunos), e nas localidades de Gradíssimo (Freguesia da Amendoeira), Ferreira, Lombo, Talhas e Travanca (Freguesia de Macedo de Cavaleiros), abarcando todas os grupos etários num total de 62 alunos do 2º Ciclo.

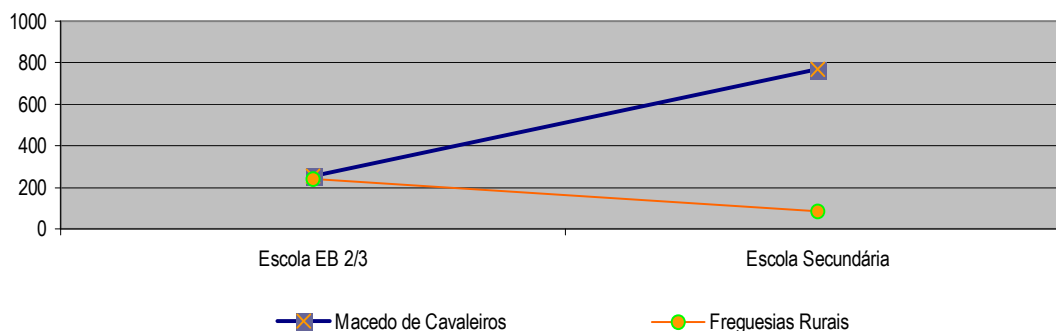
A investigação realizada permite concluir que a qualidade de ensino, designadamente do Ensino Básico e Secundário fica muito aquém do desejado, face à nacionalização dos currículos escolares, que exploram o conhecimento sobre a realidade do litoral, onde de resto está o maior volume da população, deixando o interior votado ao esquecimento, o que aliado à excessiva mobilidade dos professores, os quais muitas vezes não chegam a engrenar na realidade social da comunidade onde trabalham um ano lectivo, desmotiva uns e outros e reflecte-se não raras vezes nas taxas de insucesso escolar.

Em Macedo de Cavaleiros existe uma escola que integra simultaneamente o 2º e o 3º Ciclos (Escola EB 2/3), a qual apresenta um universo de 496 alunos; o 3º Ciclo está também presente na Escola Secundária, que é frequentada por 370 alunos do 3º Ciclo e 487 alunos do secundário, totalizando 1350 alunos. Se observarmos o volume da população estudantil, verificamos que a grande parte provém de Macedo de Cavaleiros, sendo sobretudo

significativo na frequência do ensino secundário, o que poderá deixar antever que os alunos das freguesias rurais ou não vão muito além do ensino obrigatório, ou o seu volume demográfico deixa de ter expressividade.

Figura 5

Alunos da Escola EB 2/3 e da Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, segundo a proveniência - 1999/2000



Fonte: Questionário Rede Social

A questão agora levantada remete-nos para outra, que é a necessidade de formação profissional. Mais adiante, quando abordarmos o tema *Emprego/Formação Profissional*, teremos oportunidade de verificar esta e outras problemáticas associadas.

O Ensino Recorrente totaliza 244 alunos do 3º Ciclo e Secundário, sendo a sua frequência maioritariamente nocturna.

O Ensino Superior está presente no Concelho de Macedo de Cavaleiros, ainda que os seus cursos sejam essencialmente vocacionados para o Ensino e Saúde. No total, o Instituto Piaget tem 1459 alunos, na sua grande maioria do sexo feminino.

Quadro 3

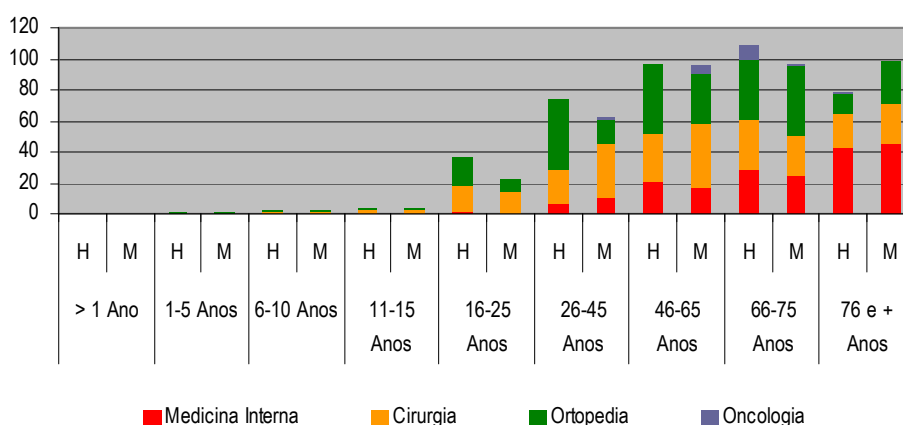
Cursos Superiores e Complementos de Formação do Instituto Piaget em Macedo de Cavaleiros - 2000	
Educadores de Infância	Educação
Ensino Básico 1º Ciclo	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Matemática e Ciências da Natureza	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Educação Visual e Tecnológica	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Educação Física	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Educação Musical	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Inglês	
Ensino Básico Segundo Ciclo variante Francês	
Complemento de Formação Científica e Pedagógica para Professores de Ensino Básico 1º Ciclo	
Complemento de Formação Científica e Pedagógica para Professores de Educação Visual e Tecnológica	
Complemento de Formação Científica e Pedagógica para Professores de Matemática e Ciências da Natureza	
Complemento de Formação Científica e Pedagógica para Educadores de Infância	
Curso de Qualificação para o exercício de outras funções educativas, Animação Sócio-Cultural	
Enfermagem	Saúde
Fisioterapia	

Fonte: Instituto Piaget

2.3. Saúde

Macedo de Cavaleiros está dotado de um Hospital Distrital cuja especialidade é Ortopedia. Para além desta existem outras especialidades que possibilitam internamento neste Hospital. A seguir apresenta-se o gráfico com a distribuição dos internamentos segundo o sexo e a idade dos utentes:

Figura 6
Consultas com Internamento, segundo a Especialidade Clínica, o Escalão Etário e o Sexo dos Utentes no Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros
 Período: 1/01 a 30/03 de 2000



Fonte: Questionário Rede Social

Como se poderá observar na figura acima, o número de utentes internados na especialidade de medicina interna aumenta com a idade, não tendo quase expressividade nos primeiros grupos etários. Podemos explicar os resultados pela necessidade de cuidados continuados de saúde que aumenta proporcionalmente à idade. A cirurgia já obedece a um fenómeno social diferente, e uma vez que esta se pode dever a acidentes de viação ou outros (cirurgia ortopédica), o que se pode afirmar com segurança é que no período em análise se registaram mais intervenções cirúrgicas no escalão etário 45-65 Anos, tendo os restantes alguma representatividade estatística. O internamento em Ortopedia é notório sobretudo a partir da faixa etária dos 26-45 anos e a especialidade de Oncologia apresenta 6 casos para o sexo feminino no grupo etário 46-65 anos e 10 casos para o sexo masculino no grupo etário seguinte, tendo os restantes uma importância estatística diminuta.

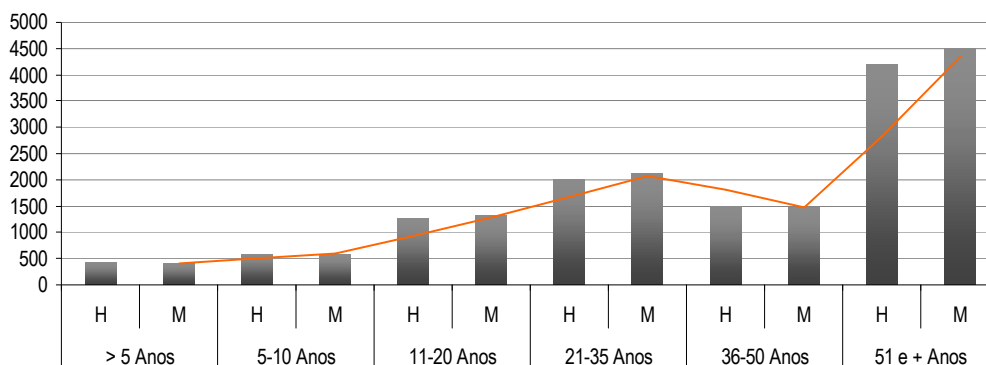
Relativamente ao número de médicos segundo a especialidade, este não vai além de 4, para Ortopedia, sendo os restantes efectivos abaixo deste valor; acrescente-se que para além das especialidades com internamento o Hospital ainda possui dois fisiatras e um especialista em Patologia Clínica.

O Centro de Saúde de Macedo tem doze médicos de Clínica Geral, para um total de 20435 utentes. Em média, cada médico de família tem a seu cuidado 1703 utentes. Observando os valores totais de indivíduos que utilizam este equipamento de saúde segundo o sexo e o escalão etário, verifica-se que este é proporcional ao seu volume demográfico (já mencionado atrás) e à necessidade de cuidados médicos, ou seja, o peso relativo de utentes conhece um acréscimo contínuo até ao grupo etário dos 21-35 anos, considerando que os grupos de idade mais jovens requerem dos cuidados de saúde vulgares da fase de crescimento, entre eles o plano nacional de vacinação e que na faixa etária dos 21-35 anos predomina por excelência o período de procriação, as medidas de

planeamento familiar, etc. Observa-se de seguida um decréscimo, para voltar a subir no escalão etário dos 51 e mais anos (onde de resto conhece os seu valores mais significativos e onde se destaca o peso do sexo feminino), coincidindo com o período da vida em que os indivíduos necessitam de cuidados de saúde mais frequentes e aprofundados.

Figura 7

Número de Utentes do Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros, segundo o sexo e o escalão etário em 2000



Fonte: Questionário Rede Social

O Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros tem 14 extensões localizadas nas freguesias rurais do Concelho, obedecendo contudo a demasiada concentração geográfica, deixando a zona oeste sem cobertura. A periodicidade das consultas e a qualidade de atendimento fica aquém das necessidades dos utentes, o que antevê um reordenamento deste serviço a curto prazo.

2.4. Acção Social

A Acção Social é a pedra de toque da Rede Social e a zona mais sensível do presente diagnóstico. A população alvo protagoniza medidas especiais de intervenção mercê das suas necessidades, que vulgarmente têm por base a insuficiência de recursos financeiros, dificuldades estas que muitas vezes abrem a porta à exclusão e se reflectem no quotidiano de uma "pobreza" global.

2.4.1 Equipamentos Sociais

O Concelho de Macedo de Cavaleiros dispõe de equipamentos de apoio à 1ª Infância (já mencionados aquando da análise do tema Educação), de uma instituição que integra um Lar para Jovens do sexo feminino com 50 utentes e um Centro de Acolhimento que alberga neste momento 9 crianças. Tem também equipamentos de apoio à Terceira Idade apoiados pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (Instituições Particulares de Solidariedade Social) com os seguintes serviços:

Quadro 4

Equipamentos Sociais de Apoio à 3ª Idade no Concelho de Macedo de Cavaleiros, por Freguesia em 2001

Instituição	Valências	N.º de Utentes	Localização (Freguesia)
Centro Social e Paroquial de Grijó	Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário	38	Grijó
Instituição	Valências	N.º de Utentes	Localização (Freguesia)
Centro Social e Paroquial de Santo André	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	16	Morais
Centro Social e Paroquial de Santo António	Centro Social e Paroquial de Santo André	16	Talhas
Centro Social e Paroquial de São Geraldo	Centro de Dia	50	Carrapatas
Centro de Dia de Lagoa	Centro de Dia	16	Lagoa
Fundação António Maria da Costa	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	10	Chacim
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Lar e Centro de Dia	85	Macedo de Cavaleiros

Fonte: Projecto G/ESTA

O Concelho está dotado de sete Centros de Dia, dos quais seis estão localizados em freguesias rurais. Destes equipamentos quatro proporcionam apoio domiciliário.

A Santa Casa da Misericórdia, em parceria com Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social tem em curso um Projecto Piloto de Apoio Domiciliário Integrado, visando prestar apoio a dez utentes.

O Apoio Domiciliário Integrado (ADI) pretende concretizar, agora em fase experimental, um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares e articulados, prestando apoio social e de saúde, no domicílio, evitando deste modo os internamentos continuados. A coordenação do ADI fica a cargo do Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros.

2.4.2. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens tem activos 20 processos envolvendo 26 crianças, cujas idades vão desde 1 ano até 15 anos de idade. Analisando os dados segundo o sexo, constata-se que 58% são do sexo masculino e 42% do sexo feminino. Quanto ao nível de escolaridade, 38% dos menores frequentam ou terminaram o 1º ciclo do ensino básico, seguindo-se, como valor mais significativo, as crianças sem escolaridade - 35%. Este valor integra, naturalmente, crianças que não frequentaram o ensino pré-escolar, valor que não ultrapassa os 8%. As restantes percentagem dividem-se entre as crianças/jovens que frequentam o 2º ciclo (12%) e o 3º ciclo (8%).

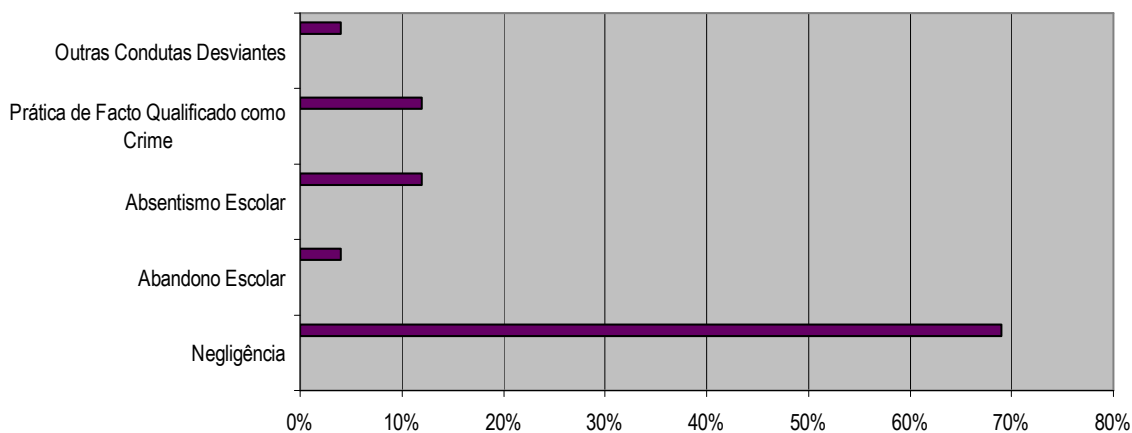
Dos 20 processos mencionados, a grande maioria foram sinalizados por organismos/instituições de âmbito social/educacional, como a Segurança Social, Estabelecimentos de Ensino, Autoridades Policiais, entre outras, num total de 16, tendo os restantes sido denunciados pelos próprios pais ou familiares dos menores.

As problemáticas apresentadas apontam sobretudo para a negligência infantil, 69% dos casos, seguido de outras com menor representatividade estatística: prática de facto qualificado como crime, absentismo escolar - 12% e abandono escolar, 4%.

Todos os casos estão a ser acompanhados ao nível educativo e social pela equipa da CPCJ, que integra técnicos de diversas áreas, designadamente de Psicologia, da Educação, da Justiça, além da Autarquia que preside e coordena todo o trabalho, mediante o qual é possível articular as respostas com outras entidades envolvidas, evitando a duplicação de intervenção nas famílias.

Figura 8

Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ de Macedo de Cavaleiros, segundo o Tipo de Problemática Associada - 2001



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Macedo de Cavaleiros

Relativamente aos agregados familiares com quem residem os menores, refira-se que se trata genericamente de famílias nucleares, havendo alguns casos de monoparentalidade. Relativamente à sua idade média, os dados redundam sobretudo no escalão etário dos 35-44 anos. O nível de escolaridade é basicamente o 1º Ciclo do Ensino Básico (58%), havendo a registar 26% de famílias sem escolaridade.

Quanto à situação sócio-profissional, 35% dos agregados são activos, embora em situação precária, 13% tem emprego estável e 32% são domésticas.

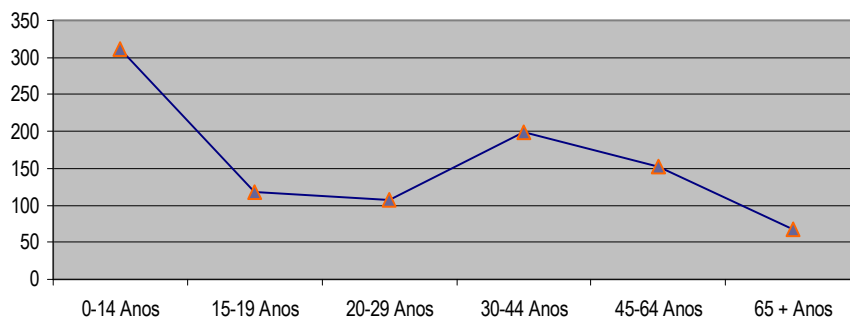
O quadro agora apresentado, tanto no que concerne aos menores envolvidos como ao contexto sócio-familiar, não foge ao padrão tipicamente considerado quando falamos da necessidade de intervenção institucional. Estes são mais facilmente denunciados porque as instituições, às quais estes indivíduos recorrem, por necessidade de intervenção social a vários níveis (carência económica, dificuldades habitacionais, problemas educacionais e de saúde, além de eventuais litígios jurídicos), fazem o devido encaminhamento para a Comissão. Porém, outros casos haverá, que não são tão facilmente sinalizados, dado o carácter requintado das relações familiares, ou por se tratar de grupos sociais com um estatuto social mais elevado, à partida “fora de qualquer suspeita”.

2.4.3. Rendimento Mínimo Garantido

A Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido de Macedo de Cavaleiros tem como beneficiários da medida 956 indivíduos, envolvendo 312 crianças/jovens (0-14 anos) e 199 indivíduos da faixa 30-44 anos.

Figura 9

População Residente Beneficiária do RMG Segundo o Escalão Etário no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000



Fonte: CLA do RMG de Macedo de Cavaleiros

Os agregados familiares beneficiários do RMG do Concelho de Macedo de Cavaleiros caracterizam-se sobretudo por famílias do tipo nuclear (casal com ou sem filhos), com 1 a 3 indivíduos por agregado e as habitações têm, na sua maioria condições razoáveis, havendo contudo a registar algumas diferenças relativamente ao padrão dominante.

Quadro 5

Caracterização dos Agregados Beneficiários do RMG, segundo a tipologia das famílias, o número de indivíduos por agregado e as condições habitacionais (Período de Recolha: Abril/Junho 2000)

Tipologia das Famílias		Número de Indivíduos		Condições Habitacionais	
Isolada	65	1 – 3 Indivíduos	191	Boas	28
Monoparental	59	4 – 6 Indivíduos	103	Razoáveis (com WC)	77
Nuclear	165	7 – 10 Indivíduos	16	Razoáveis (sem WC)	4
Extensa	17	10 ou mais Indivíduos	-	Más	40
Alargada	5				

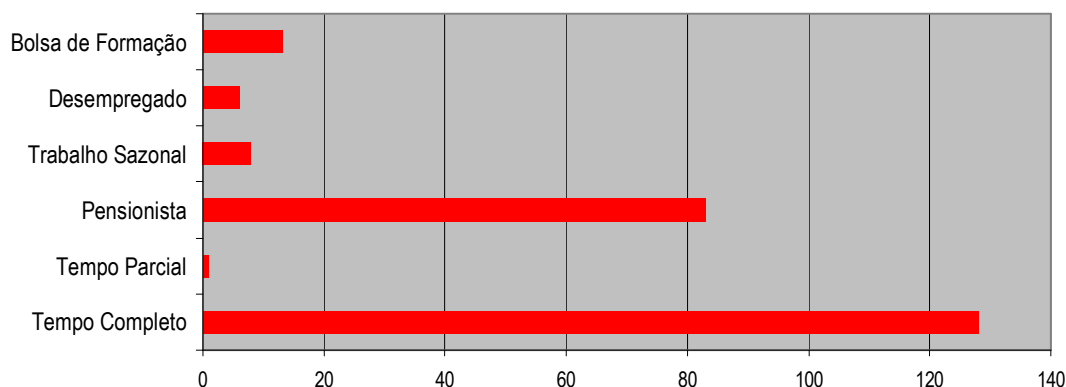
Fonte: CLA do RMG de Macedo de Cavaleiros

No que concerne à situação sócio-económica dos agregados, a maioria desenvolve uma actividade a tempo inteiro, cabendo o segundo valor estatístico aos pensionistas. Dado que os beneficiários do RMG têm de subscrever um Programa de Inserção, o qual pode incluir uma ou mais áreas: Saúde, Educação, Acção Social, Formação Profissional, Emprego e Habitação. O acordo assinado vai de encontro às capacidades e necessidades do agregado e, na falta de trabalho efectivo, estando o beneficiário em condições de trabalhar⁵, será obrigado a aceitar a proposta que lhe for feita pela CLA, sob pena de ver o seu processo cancelado. Devido à criação de incentivos e medidas de apoio específicas, o processo é relativamente célere.

⁵ Estão dispensados de inserção profissional aqueles beneficiários que por razões de saúde, idade e familiares não possam desempenhar uma função profissional.

Figura 10

Agregados beneficiários do RMG segundo a situação sócio-económica, no Concelho de Macedo de Cavaleiros (Junho 2000)



Fonte: CLA do RMG de Macedo de Cavaleiros

Refira-se ainda que, no Concelho em análise é possível procurar a resolução de problemáticas associadas à toxicod dependência, à deficiência, à terceira idade carenciada, uma vez que está ao dispor da população um Projecto de Luta Contra a Pobreza, bem como o Programa Vida – Emprego (visando este a inserção profissional de ex-toxicod dependentes ou toxicod dependentes em tratamento); contudo, carece de equipamentos de apoio a problemáticas sociais específicas como a monoparentalidade na adolescência ou prevenção e tratamento da toxicod dependência.

2.5. Emprego / Formação Profissional

Relativamente ao tema Emprego e Formação Profissional, foi possível obter dados relativamente ao volume de população desempregada, assim como os cursos de formação implementados ao longo deste ano, de acordo com a área e a população alvo.

2.5.1. Emprego/Desemprego

Em termos económicos, o duplo envelhecimento da população reflecte-se num acréscimo de população dependente da potencialmente activa. Em 1991, o Concelho contava com uma população activa de 5653 efectivos, quando o volume populacional registava 18930 indivíduos. O peso relativo das mulheres era então substancialmente mais baixo do que o dos homens, rondando os 24%.

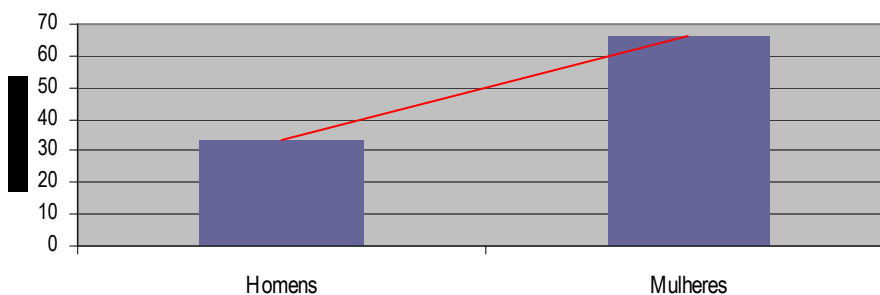
Durante a última década tem sido sentidos sinais de mudança notórios, ou seja, há um número crescente de população do sexo feminino a integrar o mercado de trabalho, muito embora as dificuldades de absorção deste volume populacional encontre dificuldades visíveis. O desemprego tem uma maior incidência na população feminina do Concelho, salientando-se que, no caso da freguesia de Burga e de Podence, o desemprego atinge apenas aquela população. Este facto é justificado pela alteração do quadro social agora referido, consequência directa da aquisição de novos papeis sociais por parte das mulheres, tradicionalmente ligadas à satisfação das necessidades domésticas, como o cuidado dos filhos e dos parentes mais idosos, além do cuidado da casa. Deste modo, o

desemprego feminino, na maioria das freguesias do Concelho, atinge sobretudo os grupos etários entre os 25-34 e os 35-49 anos.

Em termos de taxa de desemprego, o Concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta valores elevados (5,5%) comparativamente à taxa nacional (4,2%), mas ligeiramente inferior à da Região Norte (6%).

Figura 11

População Desempregada segundo o Sexo no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000 (%)

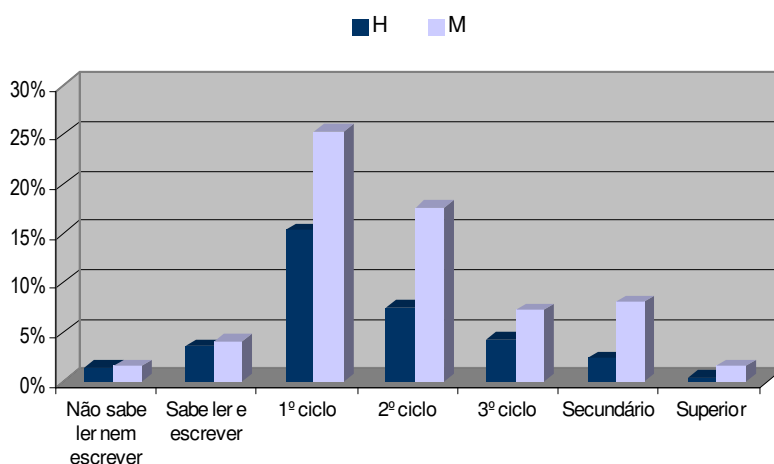


Fonte: IEFP

Analisando os resultados segundo as habilitações literárias dos desempregados, constata-se que na sua maioria, esta categoria social tem o 1º ciclo do Ensino Básico, havendo a registar valores consideravelmente mais significativos nas mulheres, em todos os níveis. Para além deste facto se explicar por haver um número mais significativo de população desempregada feminina, será de considerar que as mulheres em situação de desemprego têm níveis de qualificação mais elevados, ou seja, o mercado não tem capacidade de absorver o número crescente de população potencialmente activa.

Figura 12

População Desempregada no Concelho de Macedo de Cavaleiros, segundo o Nível de Instrução e Sexo em 2000 (%)



Fonte: IEFP

O volume de população desempregada ser estudada segundo a categoria: no caso concreto do Concelho de Macedo de Cavaleiros, 73% são indivíduos à procura de novo emprego, havendo ainda a considerar que 14% procuram o 1º emprego e 13% estão “ocupados”. Não se tratando do exercício de uma actividade em termos regulares, esta percentagem de população fica ocupada por um período mais ou menos longo de tempo (de 6 meses a 1 ano) ao abrigo de programas de apoio ao emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional denominados Programa Ocupacional e Programa Subsidiados. Esta medida foi criada com o intuito de satisfazer necessidades de empregabilidade e destina-se à população beneficiária do Rendimento Mínimo Garantido. Muito embora tenha um carácter provisório, tem como finalidade possibilitar a aquisição de novas competências sociais e profissionais, possibilitando às entidades empregadoras o alargamento do leque de funcionários e até a criação de novas categorias.

2.5.2. Formação Profissional

A necessidade de formação profissional remete-nos para a questão da qualificação da mão-de-obra, ou seja, não se trata apenas de vocacionar os formandos para o exercício de uma actividade, mas também dar-lhes a possibilidade de completar o seu percurso escolar. Para este efeito, o Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros desenvolve acções de formação relativas ao Programa Aprendizagem, as quais têm uma duração de 3 anos com equivalência escolar (de Nível II – equivalência ao 9º Ano e de Nível – equivalência ao 12ºAno). A Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros também tem diversos cursos de formação com equivalência escolar ao abrigo do mesmo programa. De resto, quer as instituições referidas, quer ainda a ADIMAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Macedo de Cavaleiros, desenvolvem acções de formação em diversas áreas apoiando grupos –alvo diversificados: jovens; jovens à procura do 1º emprego desempregados de longa duração; trabalhadores com carência económica; mulheres, entre outros. A formação desenvolve-se tendo como o objectivo apoiar a revitalização de actividades tradicionais, como a tecelagem, a produção de compotas, a tanoaria, a calçetaria, assim como a ampliação de novas competências na área dos serviços e ainda de acordo com as necessidades do mercado da região.

Quadro 6

Cursos de Formação do IEFP – Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros - 2000

Programa Aprendizagem	Programa Escolas – Oficinas	Programa Formação – Emprego	Conservação do Património Cultural – Formação
<ul style="list-style-type: none"> • Técnicos de Informática – Nível III • Técnicos de Contabilidade e Gestão – Nível III • Técnicos Comerciais – Nível III • Cozinheiros – Nível II • Empregados de Mesa – Nível II • Técnicas Aplicadas de Serviços Pessoais e à Comunidade – Nível III • Pintura – Auto – Nível II • Mecânico – Auto – Nível II 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecelagem • Conserva e Concentrados de Frutos 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico Comercial • Auxiliar de Serviços Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de Fabrico de Queijo
N.º Formandos: 83	N.º Formandos: 28	N.º Formandos: 24	N.º Formandos: 15

Fonte: IEFP

As acções de formação são desenvolvidas com base em formandos provenientes de várias freguesias do Concelho, de acordo com o número de inscritos e algumas delas desenrolam-se nas freguesias rurais de acordo com as necessidades da comunidade concreta, designadamente as que têm a ver com a área de produtos tradicionais, para as quais se conta também com as entidades locais (juntas de freguesia, associações locais, etc.).

Durante o ano 2000 foram desenvolvidos, pela ADIMAC, cursos à luz do Programa Escolas-Oficinas (mencionados no quadro acima) e do Programa Inserção-Emprego, num total 31 formandos, distribuídos pelas seguintes áreas: Administrativos (5), Pequenas Reparações (11) e Limpeza (15). Todos os formandos se encontram integrados no mercado de trabalho, no sector de serviços – administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia da sua área de residência), Finanças, Biblioteca e Ecoteca.

Existem outros organismos vocacionados para a formação, especificamente na área de apoio à diversificação de actividades agrícolas: empresários agrícolas, operadores de máquinas agrícolas, fruticultura, entre outros. Destes destacam-se a FATA (Federação da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro), a Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente e a Associação de Jovens Agricultores do Douro e Trás-os-Montes.

2.6. Habitação, Habitação Social e Infra-Estruturas de Saneamento Básico

Em virtude de não haver, neste momento, dados sistematizados referentes ao número de fogos e condições habitacionais no Concelho de Macedo de Cavaleiros, não nos é possível fazer uma leitura aprofundada relativamente ao assunto. Relativamente ao saneamento básico, e uma vez que as freguesias rurais careciam desta infra-estrutura, a Autarquia tem vindo a intervir, de modo que neste momento está já em fase de conclusão.

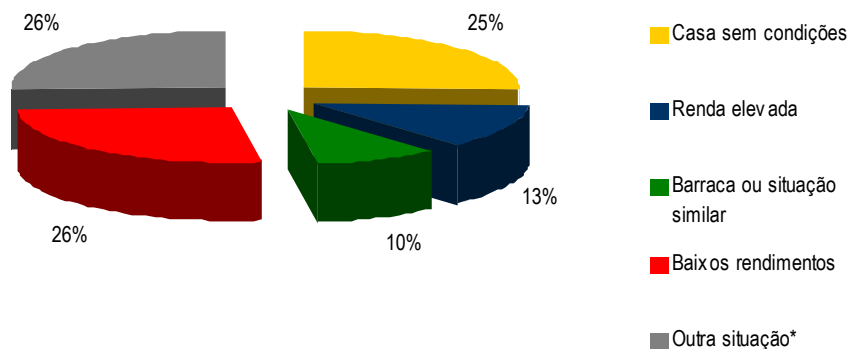
No que diz respeito à Habitação Social, Macedo de Cavaleiros tem dois bairros sociais, um deles em fase terminal de construção, estando já a proceder-se à sua atribuição, mediante o levantamento das necessidades da população. De referir que a sede do Concelho regista um número mais significativo de candidatos interessados em obter habitação social - 96 candidatos interessados contra 23 interessados das freguesias rurais do Concelho.

Deste modo, apesar das dificuldades habitacionais existentes nas freguesias rurais do Concelho, constata-se que muitos dos potenciais candidatos pretendem continuar a residir na sua comunidade de origem, contrariando de certo modo o êxodo rural notado e justificado atrás. Uma das razões que explicam tal situação prende-se com o facto de, na sua maioria, se tratar de pessoas que residem em casa própria, de modo que a vinda para Macedo, para além de constituir uma alteração do seu padrão de vida, implicaria o pagamento de uma renda, que ainda que irrisória, constituiria um agravamento das despesas mensais dos agregados, os quais naturalmente subsistem com dificuldades económicas.

Ainda assim, a procura é superior à oferta, dado que o Bairro Social da Alegria tem 32 fogos. Os motivos de interesse em obter habitação social prendem-se sobretudo com carências económicas e habitacionais, bem como outras situações (casa de pequenas dimensões, dada a constituição do agregado, famílias que residem com outros familiares, ou ainda agregados que residem em casas cedidas).

Figura 13

Razões de Candidatura a Habitação Social no Concelho de Macedo de Cavaleiros em 2000



Fonte: Serviços Sociais da C.M. Macedo de Cavaleiros

O Concelho de Macedo de Cavaleiros tem no seu parque habitacional um número considerável de residências em estado de degradação, sobretudo nas freguesias rurais, muitas das quais são propriedade de indivíduos que subsistem com dificuldades de vária ordem. O tipo de arquitectura rural típica desta região constitui um problema, na medida em que se caracteriza por ter dois pisos (rés-do-chão destinado a animais e 1º andar para residência da família), cujo acesso ao 1º andar é feito por escadas íngremes. Não raras vezes esta situação é agravada pela falta de condições de higiene e conforto, situação à qual os proprietários não podem fazer face por falta de recursos.

A existência de Programas de Apoio Habitacional possibilitam a realização de obras de beneficiação habitacional para famílias com dificuldades económicas e outras, como o Programa SolarH e um programa de apoio, que permite a construção de habitação a baixos custos nas zonas rurais.

Os beneficiários do RMG têm, como já foi referido, a possibilidade de melhorar as suas condições habitacionais através do Programa de Inserção, sendo na sua maioria agregados residentes nas comunidades rurais.

Dado que existe uma camada da população do Concelho que não pode beneficiar desta medida, por estar já enquadrado no sistema de pensões da Segurança Social, o Projecto de Luta Contra a Pobreza – GIESTA desenvolve uma acção – *Intervenção nas Famílias (Habitação)* – que possibilita a melhoria das condições habitacionais da população idosa e deficiente com carências económicas, de modo a criar condições de salubridade, conforto e mobilidade a este grupo-alvo. Estão já em execução 2 projectos para dois deficientes de duas localidades rurais (Gralhós e Castelãos), estando em vias de execução 5 projectos de intervenção em outros tantos agregados (referentes a população idosa). Em fase de projecto estão cerca de 20 processos, prevendo que no ano de 2001 sejam executadas cerca de 35 intervenções.

2.7. Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos

Relativamente às associações existentes nas freguesias rurais, estas têm sobretudo um carácter lúdico-recreativo e/ou desportivo e estão presentes um pouco por todo o Concelho. O folclore, a música e as actividades de convívio dominam o tipo de intervenção existente. Porém, existem associações vocacionadas para a cultura tradicional: uma

associação de artesãs em Lagoa, uma outra que faz a divulgação dos tradicionais “Caretos de Podence” e ainda a Associação dos Amigos do Museu Rural de Salselas que promove a valorização das práticas e costumes da região; nesta Freguesia há ainda um grupo de Pauliteiros que procura revitalizar o património cultural existente.

Nas associações de carácter desportivo dominam a prática de futebol, existindo um espaço próprio para esta prática em praticamente todas as freguesias, e a caça e pesca.

No que concerne à Sede de Concelho, para além de existirem associações com índole similar às mencionadas acima, verifica-se a existência de associações de âmbito social e de promoção ambiental – a já referida Associação para o Desenvolvimento Integrado de Macedo de Cavaleiros (ADIMAC) e a FRAGAS – Associação de Divulgação e Protecção do Património, as quais têm uma preocupação amplamente dirigida a toda a população, salvaguardando problemáticas e grupos-alvo de intervenção específicos consoante as necessidades do Concelho (que foram sendo mencionadas ao longo do presente documento).

Macedo dispõe ainda Para além da Cooperativa de Informação e Cultura, que integra a rádio local – Rádio Onda Livre, a qual promove espectáculos recreativos e actividades lúdicas, prestando ainda informações de carácter noticioso e outro, tal como dois jornais locais.

Relativamente aos equipamentos, estes apresentam uma notória concentração em Macedo de Cavaleiros e são genericamente os seguintes: Piscinas Cobertas e Piscinas de Verão; um Polidesportivo, dois auditórios em espaço fechado e dois auditórios em espaço aberto, uma biblioteca municipal, um cinema, entre outros. Todos os equipamentos mencionados servem a população em geral, para fins sócio-culturais e lúdicos, através das actividades desenvolvidas pela Agenda Cultural da Autarquia e outras entidades – Instituto Piaget, Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, etc., e também para fins curriculares, servindo a comunidade escolar nos seus diversos propósitos (desportivos, culturais, sociais).

2.8. Actividades Económicas

O tema Actividades Económicas, dada a relativa dificuldade na recolha de alguns dados os quais carecem, nesta fase, de actualização, impedem-nos de aferir considerações de maior sobre a realidade do Concelho. Dir-se-á, no entanto, que o Concelho de Macedo de Cavaleiros é ainda predominantemente rural, pelo que se verifica a predominância do sector primário nas freguesias rurais e uma concentração do sector secundário e terciário na Sede do Concelho.

A preferência pelo sector terciário em Macedo de Cavaleiros é notória, observando-se uma proliferação de estabelecimentos comerciais. Auxiliados pelo sector dos serviços ligados à administração (ensino, saúde, autarquia, etc.) permitiu o aumento de efectivos no sector. A recém criada zona industrial, assim como a melhoria das infra-estruturas da Albufeira do Azibo irão permitir a implementação de novos investidores, designadamente privados, no sector da indústria e do turismo, proporcionando a criação de novas categorias profissionais, através da criação de novos postos de trabalho e atracção de população oriunda de outras regiões através da oferta turística.

Relativamente ao sector primário, dada a diversidade das capacidades agrícolas do solo, possibilita produções hortícolas e horto-frutícolas de elevado rendimento, bem como o olival, vinha e culturas forrageiras, facilitando também a criação de agro-indústrias, constituindo assim um factor a ter em conta em termos de desenvolvimento.

A existência da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros (ACIMC), proporciona a dinamização do sector comercial e industrial, à semelhança das várias associações de agricultura (FATA, Associação de Jovens

Agricultores do Douro e Trás-os-Montes, Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente, entre outras) que prestam apoio às actividades e à população ligada ao sector.

2.9 Segurança

A temática da Segurança carece, nesta altura, de dados que nos possibilitem uma leitura do Concelho. A principal dificuldade com que nos deparámos foi o carácter sigiloso das informações a recolher. Deste modo, apresentamos, de seguida, informação relativa ao tipo de Processos existentes na Comarca de Macedo de Cavaleiros, de acordo com a sua incidência:

Quadro 7

N.º de Processos Cíveis, Penais, Tutelares e Tutelares Cíveis na Comarca de Macedo de Cavaleiros – 2000

PROCESSOS											
Penal			Cível			Tutelar			Tutelar Cível		
Pendentes em 01 Janeiro	Entradas	Findos	Pendentes em 01 Janeiro	Entradas	Findos	Pendentes em 01 Janeiro	Entradas	Findos	Pendentes em 01 Janeiro	Entradas	Findos
770	689	685	254	364	342	5		1	13	14	13

Fonte: Serviços Centrais do Instituto de Reinserção Social

II. Abordagem sistemática das informações recolhidas. Breve reflexão

Para exigir o cumprimento de deveres e o exercício pleno dos direitos de cidadania decorrentes do regime democrático vigente, é fundamental possibilitar aos indivíduos a realização das suas necessidades mais elementares: alimentação, abrigo, segurança, que é o mesmo que dizer trabalho. O conforto destas necessidades satisfeitas, muitas vezes mediante a atribuição de apoios suplementares, fruto da precariedade dos salários ou do próprio emprego, tende a proporcionar aos cidadãos novas expectativas realizáveis à custa de encarar novas etapas, ou a retoma delas por a um tempo se terem considerado inúteis, desfasadas relativamente aos objectivos traçados: a educação e/ou a formação (profissional).

As problemáticas de maior incidência relativamente à população do Concelho de Macedo de Cavaleiros relacionam-se com a desertificação das zonas rurais, as quais, para além de viverem um processo de perda da população, por êxodo e pela quebra da fecundidade, são constituídas maioritariamente por população idosa. Nesta comunidades e devido às razões agora focadas, vão sendo encerrados os serviços de primeira necessidade, contribuindo para um agravamento das condições de vida. A política de saúde justificada pelo mau funcionamento das extensões do Centro de Saúde conduz ao aumento das dificuldades desta população, que a muito custo tem de se deslocar à Sede de Concelho. A inexistência de Apoio Domiciliário Integrado, que se encontra agora em fase piloto, assim como a má distribuição dos equipamentos de apoio à 3ª Idade, aliados à precariedade habitacional, são factores de preocupação que necessitam de uma intervenção cuidada e planeada.

Muitas escolas de 1º Ciclo vão ter necessidade de encerrar as suas portas, uma vez que, em escolas com um ou dois alunos não é possível cumprir a sua função sociológica primordial: desenvolvimento das relações inter-grupais, a aprendizagem colectiva, a salvaguarda de princípios e valores como a solidariedade, o respeito pelo outro, etc., dando lugar a um novo modelo organizativo: os agrupamentos escolares.

A carência em termos formativos é outra das prioridades de intervenção e muito embora esteja a ser feito um esforço no sentido de contornar esta situação, os resultados são ainda escassos e/ou limitativos relativamente à população-alvo a abranger: a criação da Medida do Rendimento Mínimo Garantido procura fazer face às situações de pobreza e exclusão social existentes no país, mas só por si não satisfaz as necessidades da população carenciada, já que os critérios de selecção eliminam outros casos sociais considerados. Relativamente às políticas de intervenção na área da formação e inserção profissional, tem sido criados Programas, os quais privilegiam quase sempre beneficiários do RMG, deixando de fora a população não abrangida por esta medida, o que dificulta a adequação dos resultados. Se o RMG serve uma camada importante indivíduos desfavorecidos, aqueles que, ou porque beneficiam do sistema de pensões da Segurança Social, ou porque têm rendimentos acima dos limites mínimos, muitas vezes empregados em situação precária e sem formação que lhes possibilite abrir o leque de expectativas em termos sócio-profissionais, ficam excluídos da possibilidade de uma integração social plena através destes incentivos.

O desemprego existente no Concelho, caracterizado pelas baixas qualificações da categoria e ainda pela sua incidência no sexo feminino, deixam antever uma política alternativa que procure solucionar o actual estado de coisas.

A ausência de equipamentos especializados em áreas sociais específicas, como a gravidez e monoparentalidade na adolescência, toxicod dependência (prevenção e tratamento) é uma das preocupações do CLAS, dada a sua incidência no Concelho, tornando-se fundamental uma intervenção baseada na prevenção através de um esforço conjunto de agentes educativos, associações de pais, organismos oficiais e população em geral.

Neste sentido, apresentam-se agora, esquematicamente, os principais problemas e ameaças, mas também os principais recursos e potencialidades disponíveis no Concelho.

PROBLEMAS
<p>DEMOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none">✦ Desertificação rural: as freguesias rurais apresentam um decréscimo populacional acentuado, com implicações em todos os sectores da sociedade (Educação, Habitação, Acção Social, Saúde, Actividades Económicas);✦ População envelhecida – fenómeno do duplo envelhecimento;✦ Aumento da população isolada, especialmente idosa. Consequente agravamento da qualidade de vida, face à falta de qualidade ou à ausência de serviços primários nas freguesias rurais (Extensões do Centro de Saúde, Posto dos Correios, entre outros); dificuldade sentida por esta categoria em se fazer deslocar à Sede de Concelho por falta de transporte próprio e pela limitação dos transportes públicos (cuja rede está directamente dependente dos da rede de transportes escolares);✦ Existência de população deficiente com algum significado estatístico, designadamente deficientes motores;
<p>HABITAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">✦ Existência de um número significativo de interessados em obter habitação social muito superior à oferta, face ao baixo rendimento dos agregados ou ao excessivo valor das rendas;✦ Degradação do parque habitacional, sobretudo rural;✦ Falta de condições de salubridade e conforto, aliado ao tipo de arquitectura rural (com dois pisos, sendo o segundo normalmente reservado à habitação), prejudica o bem-estar particularmente de idosos e deficientes;
<p>EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">✦ Diminuição acentuada dos alunos do 1º Ciclo (31 escolas com menos de 10 alunos num universo de 53 escolas);✦ Pouca flexibilidade e desadequação dos currículos escolares em relação à realidade local;✦ Dificuldades de realização de um trabalho contínuo devido à mobilidade dos professores;✦ Desajustamento do Parque do Ensino Pré-Escolar e Básico, do ponto de vista de instalações e equipamento pedagógico, face aos conteúdos programáticos do Ensino;✦ Pouca flexibilidade de horários e carência de estruturas de apoio (cantinas e espaços ATL's) do Ensino Pré-Escolar Público, o que dificulta a organização familiar;✦ Elevada percentagem de alunos subsidiados (42%), que poderá indiciar valores significativos de crianças/jovens provenientes de agregados carenciados;✦ Elevadas taxas de insucesso escolar, especialmente no Ensino Secundário;✦ Elevados níveis de absentismo escolar relativamente ao Ensino Recorrente da Escola Secundária (Macedo);✦ Deficit de Ensino Recorrente e de Cursos de Alfabetização nas freguesias rurais (duas aldeias com 1º Ciclo; quatro aldeias com 2º Ciclo; três aldeias com cursos de alfabetização);

- ✦ Ausência de espaços ATL's públicos na Sede de Concelho para alunos dos meios rurais;
- ✦ Falta de equipamentos desportivos polivalentes;

PROBLEMAS

EMPREGO FORMAÇÃO

- ✦ Elevada taxa de desemprego no Concelho (5.5%) comparativamente aos valores nacionais (4.2%). Relativamente à Região Norte, a taxa é menos significativa (R. Norte: 6%);
- ✦ Maior incidência de desemprego feminino, nomeadamente o de longa duração;
- ✦ Valores estatisticamente significativos de desemprego:
 - em população jovem (sobretudo no escalão etário "18-24 Anos");
 - em indivíduos com mais de 35 Anos;
 - de população que procura novo emprego;
 - de pessoas com baixa qualificação;
- ✦ Carência de mão-de-obra qualificada;
- ✦ Falta de dados sistematizados em algumas áreas temáticas (actividades económicas; população activa; população residente empregada);

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ✦ Continuação da incidência das actividades do Sector Primário no Concelho, mantendo-se a concentração do Sector Secundário e Terciário na Sede do Concelho;

RECURSOS

DEMOGRAFIA

- ✦ Aumento do volume de população na Sede de Concelho (resultado de uma concentração em detrimento das freguesias rurais);

HABITAÇÃO

- ✦ Existência de dois bairros de habitação social (um em construção) na Sede de Concelho;
- ✦ Projectos de Apoio habitacional (SolarH);
- ✦ Existência de um programa de apoio que permite a construção de habitação a baixos custos nas zonas rurais;

EDUCAÇÃO

- ✦ Existência de uma rede de transporte escolar, subsidiada pela autarquia, que paralelamente efectua a carreira normal;
- ✦ Criação a partir do próximo ano lectivo, de dois agrupamentos escolares possibilitando uma melhoria substancial da qualidade do ensino: um horizontal, envolvendo o Ensino Pré-Escolar e o Ensino Básico 1ºCiclo; e um vertical, na Escola EB 2/3;
- ✦ O apoio e orientação dos alunos no seu trajecto educacional e profissional é realizado por um Gabinete de Apoio Psicológico e de uma UNIVA com sede na Escola Secundária;

- ✦ Existência de uma UNIVA na Câmara Municipal para encaminhamento sócio-profissional dos jovens;
- ✦ Existência de Cursos do Ensino Recorrente e Alfabetização nas freguesias rurais, o que potencia uma melhoria em termos do nível de instrução, nomeadamente para indivíduos de camadas mais idosas;
- ✦ Existência de Ensino Superior na Sede de Concelho, que possibilita a obtenção de um diploma, nas áreas da Saúde e Educação, à população autóctone, bem como a população oriunda de outras zonas do país, representando por tal um meio de atracção de população;

SAÚDE

- ✦ Existência de um Hospital Distrital com serviços especializados ao nível da Medicina Física e Reabilitação (Fisioterapia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional); Ortopedia; Psiquiatria; Pedopsiquiatria; Rede Handynet (Centro de Informação e Aconselhamento);
- ✦ Existência de duas clínicas privadas com serviços diversificados na área da saúde (especialidades clínicas; serviços complementares de saúde; exames complementares de diagnóstico);
- ✦ Existência de serviços privados, quer ao nível da Medicina Física e Reabilitação, quer ao nível da Estomatologia e Medicina Dentária;

ACÇÃO SOCIAL

- ✦ Existência de Projectos direccionados para a resolução de problemáticas específicas (Projectos de Luta Contra a Pobreza, Programa Vida-Emprego, etc.);
- ✦ Existência de equipamentos que podem ser reutilizados (escolas e sedes de associações desactivadas) para fins sociais;
- ✦ Existência de equipamentos de apoio à infância e à 3ª Idade na Sede do Concelho;
- ✦ Existência de outros equipamentos de apoio, designadamente:
 - a crianças em risco (Comissão de Protecção de Menores e a IPSS D. Abílio Vaz das Neves que funciona em regime de acolhimento);
 - à população carenciada (CLA do RMG) – programas e acordos de inserção; apoios complementares em várias áreas temáticas;

RECURSOS

EMPREGO/FORMAÇÃO

- ✦ Existência de cursos de formação nas seguintes áreas programáticas: CPC's; Escolas-Oficinas; PFE; Programa Aprendizagem, que incluem acções de formação variadas e cujo último programa mencionado
- ✦ possibilita a qualificação académica dos formandos (Cursos de Nível II – equivalência ao 9º Ano; Cursos de Nível II – equivalência ao 9º Ano; Cursos de Nível III – equivalência ao 12º Ano);
- ✦ Possibilidade de ocupação temporária nomeadamente através dos POC's e Estágios Profissionais, favorecendo a plena integração no mercado de trabalho designadamente de jovens com formação média e superior;
- ✦ Existência de um Plano Pessoal de Emprego que visa a orientação profissional da população em geral;
- ✦ Possibilidade de criação de Empresas de Inserção;
- ✦ Apoios e incentivos à (re)inserção sócio-profissional de jovens, jovens em risco, DLD's;
- ✦ Apoio à criação de auto-emprego;

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ✚ Existência da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros (ACIMC), visando o desenvolvimento harmonioso do sector comercial e industrial;
- ✚ Existência de Associações de Agricultores que visam ultrapassar as carências sentidas por esta categoria;
- ✚ Existência de Projectos de Apoio à Agricultura;
- ✚ Incentivo à criação de Micro-Empresas e PME's;
- ✚ Existência de infra-estruturas e equipamentos na Zona Industrial e na Albufeira do Azibo, o que incentiva o investimento privado, a atracção populacional e a criação de novos postos de trabalho;

AMEAÇAS

DEMOGRAFIA

- ✚ Continuação da diminuição da população;
- ✚ Tendência para o êxodo rural, designadamente jovem, se não forem implementadas medidas correctoras;

EDUCAÇÃO

- ✚ Possibilidade de encerramento de escolas do 1º ciclo por falta de alunos;
- ✚ Elevadas taxas de insucesso, absentismo e abandono escolar;
- ✚ Carência de recursos físicos e humanos no parque escolar;

ASSOCIATIVISMO

- ✚ Pouca diversidade das acções desenvolvidas pelas associações;
- ✚ Carência de voluntariado associativo;

SAÚDE

- ✚ Deficit de pessoal técnico (existência de vagas por preencher);
- ✚ Deficit de recursos materiais;

ACÇÃO SOCIAL

- ✚ Deficit de pessoal técnico na Área Social;
- ✚ Aumento de situações de subsídio-dependência;
- ✚ Dificuldade de integração sócio-profissional de algumas famílias carenciadas (face aos critérios de selecção da Comissão do RMG);
- ✚ Falta de (in)formação por parte da população “excluída”, dificultando a plena aplicabilidade dos programas e medidas;

EMPREGO/FORMAÇÃO

- ✦ Alguma dificuldade em contornar a situação de desemprego dadas as suas características (baixas qualificações, elevada idade da população desempregada);
- ✦ Dificuldade de colocação da população desempregada não beneficiária do RMG.

POTENCIALIDADES

DIAGNÓSTICO GERAL

- ✦ Captação de fundos comunitários, designadamente através do QCA III, e da administração Central para a dinamização das freguesias do Concelho a vários níveis;
- ✦ Criação do Observatório Social, que irá permitir uma investigação mais sistematizada, proporcionando a resolução atempada dos problemas e a optimização das medidas preconizadas pelos Agentes de Desenvolvimento Local/Regional;
- ✦ Implementação da Rede Social que permitirá a concertação de medidas sociais de intervenção;

DEMOGRAFIA

- ✦ Aumento de índices de urbanidade na Sede de Concelho;
- ✦ Aumento de população flutuante, designadamente estudantil e corpo docente do Instituto Piaget, que poderá fixar residência e constituir uma fonte de receitas para o Concelho;
- ✦ Aumento de população idosa que poderá ser utilizada como mais valia de transmissão de saber (promovendo a transmissão de valores e saberes culturais);

ASSOCIATIVISMO

- ✦ Existência de associações em quase todas as Sedes de Freguesia do Concelho que poderão vir a ser dinamizadas;

ACÇÃO SOCIAL

- ✦ Criação de novos projectos e canalização de novos investimentos para a área da Acção Social;
- ✦ Criação de um Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (integrando serviço de refeições, higiene, saúde, etc.);
- ✦ Possibilidade de integração de pessoal técnico especializado nos vários projectos de âmbito social, designadamente nas freguesias rurais;
- ✦ Alargamento do mercado de trabalho para auxiliares de Acção Social nas aldeias, especialmente para o sexo feminino, o que representa uma diminuição do índice de desemprego nesta categoria;
- ✦ Criação de Espaços Inter-geracionais nos principais centros rurais do Concelho;

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ✦ Diversidade do solo agrícola, o que possibilita produções de alto rendimento (fomentação da agricultura e pecuária para o surgimento de agro-indústrias) ;

- ✦ Alterações das acessibilidades do Concelho através da conclusão do IP4 e construção do IP2, que permitirá a melhoria das comunicações a vários níveis no quadro regional;
- ✦ Criação da Parque Industrial através da implementação de novos investidores;
- ✦ Criação de espaços de desenvolvimento turístico que permita atrair novos investidores e turistas.

MATRIZ S.W.O.T. PARA O CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS




















Meio Envolvente Condições Internas	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma Rede de Transporte Escolar que efectua simultaneamente a carreira normal (no último caso, condicionada aos horários e períodos escolares, não cobrindo as localidades na sua totalidade); - Presença de Ensino Superior na Sede de Concelho (constitui uma oportunidade de formação, contudo, dada as áreas que privilegia e as oportunidades de colocação, implicam a mobilidade geográfica); - A melhoria das acessibilidades rodoviárias (IP4 e IP2, esta em construção), são uma mais valia em termos de proximidade com outras regiões. No entanto, poderá induzir na acentuação do isolamento das freguesias rurais e no incremento do índice de criminalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do volume da população na Sede de Concelho (oriunda do Concelho e de outras Regiões); - Existência de dois Bairros de Habitação Social na Sede do Concelho; - Implementação de dois agrupamentos escolares (um horizontal e um vertical); - Existência de equipamentos de apoio e orientação educacional /profissional na Escola Secundária e na Câmara Municipal (1 Gabinete de Apoio e 2 UNIVA's); - Oferta de serviços privados de saúde em áreas diversificadas; - Pleno funcionamento das medidas nacionais de intervenção social, designadamente a CPM e o CLA do RMG (que para além das 2 técnicas da Segurança Social, tem ainda 4 técnicas disponibilizadas pela CMMC); - Oferta de Cursos de Formação e de serviços vocacionados para grupos-alvo diversificados (DLD's, Jovens, etc.) do IEFPP; - Existência de infra-estruturas e equipamentos na Zona Industrial e na Albufeira do Azibo (incentivo ao investimento privado, atracção populacional e oportunidade de criação de novos postos de trabalho); - Criação do Observatório Social; - Implementação de Projectos Sociais de natureza específica (ex. Ser Criança); - Projecto Piloto para Apoio Domiciliário Integrado (Parceria entre a CRSS - Bragança e a Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros);

<p>FRAQUEZAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desertificação Rural; - Aumento da população isolada (especialmente idosa); - Desadequação do Parque Escolar do Ensino Pré-Escolar e Básico (1º Ciclo) do ponto de vista das instalações e equipamento pedagógico; - Pouca flexibilidade e desadequação dos currículos escolares; - Excessiva mobilidade do corpo docente; - Rigidez de horários e carência de estruturas ao nível de cantinas e ATL's; - Falta de equipamentos desportivos polivalentes; - Pouca oferta de Ensino Tecnológico no Ensino Secundário associado à ausência de uma Escola Profissional; - Excessiva concentração de associações na Sede de Concelho; - Carência de voluntariado associativo; - A ausência de equipamentos desportivos nas freguesias rurais conduzem à pouca diversidade das actividades (que privilegiam o futebol); - Inexistência de Serviço de Cardiologia no Distrito de Bragança; - Escassez de recursos humanos e equipamentos na Saúde; - Sobrelotação dos equipamentos de apoio à 1ª Infância e à 3ª Idade na Sede do Concelho; - Carência de mão-de-obra qualificada; - Dificuldade de integração sócio-profissional dado que as medidas de apoio são geralmente direccionadas para problemáticas específicas (ex. beneficiários do RMG); 	<ul style="list-style-type: none"> - Fenómeno do duplo envelhecimento - mais valia de saber dos idosos; - Degradação do parque habitacional, sobretudo rural – intervenções ao nível dos Programas de Inserção do RMG/outros e/ou aproveitamento para fins turísticos; - Défice de condições de salubridade e conforto - intervenção do Projecto GIESTA; - Diminuição acentuada dos alunos de 1º Ciclo – Criação dos Agrupamentos Escolares; - Deficit de Ensino Recorrente e Cursos de Alfabetização nas freguesias rurais – prevê-se intervenção das entidades responsáveis (DREN/Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar); - Inexistência de Creches e carência de equipamentos de apoio à 3ª Idade nas freguesias rurais – intervenção do Projecto GIESTA mediante a criação de espaços intergeracionais; - Carência de equipamentos de apoio a problemáticas sociais específicas – Criação do Gabinete de Atendimento e Encaminhamento do Projecto GIESTA; - Maior incidência de desemprego feminino, nomeadamente o de longa duração – promoção de Cursos de Formação dirigidos a este grupo-alvo (IEFP);
-------------------------	---	---

*III. Plano de Intervenção para o Concelho de Macedo de Cavaleiros.
Linhas Estratégicas e Objectivos Específicos.*

Perante o diagnóstico apresentado e avaliadas as problemáticas segundo o seu grau de incidência e respectivas inter-relações, fez-se uma sistematização do que se prevê como fundamental para prosseguir o processo de desenvolvimento sustentado do Concelho. Assim, a seguir apresentam-se as linhas estratégicas de acção e os respectivos objectivos específicos:

Linhas Estratégicas de Acção	Objectivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> ■ Elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento social 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar um Observatório Social no Concelho; ■ Promover a realização de estudos de suporte ao processo de tomada de decisão sobre acções e projectos a levar a cabo no âmbito social; ■ Reforçar a rede de parcerias no Concelho para elaborar planos comuns de intervenção no território; ■ Incentivar a integração das acções municipais no interior de espaços geograficamente coesos e solidários, envolvendo os restantes actores da região (económicos, culturais, universitários, entre outros), por forma a estimular o desenvolvimento social; ■ Apresentar candidaturas comuns no âmbito social a Programas Comunitários;
<ul style="list-style-type: none"> ⊕ Valorização dos recursos endógenos do Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ⊕ Revitalizar as zonas rurais mais populosas; ⊕ Aproveitar a mais valia de saber da população idosa crescente; ⊕ Revitalizar os hábitos de solidariedade e vizinhança no sentido de responder aos problemas de isolamento de algumas populações; ⊕ Criar espaços intergeracionais no meio rural; ⊕ Apostar na recriação de actividades tradicionais, como factor de investimento e criação de emprego; ⊕ Inventariar as necessidades concelhias a nível social, como áreas de desafio para o investimento privado; ⊕ Formar animadores locais;
<ul style="list-style-type: none"> ✘ Reforço e optimização dos serviços de assistência e segurança social 	<ul style="list-style-type: none"> ✘ Promover acções concertadas de combate à pobreza e à exclusão social; ✘ Criar redes de serviços de complementaridade de apoio às populações mais isoladas (rurais), alargando o leque de equipamentos e serviços públicos de apoio à infância (Creches e Jardins de Infância) e à Terceira Idade (Apoio Domiciliário Integrado); ✘ Diversificar o tipo de serviço social prestado na região, permitindo responder a problemas sociais específicos (mães adolescentes, deficientes, toxicodependentes e famílias); ✘ Promover a reinserção social e profissional através do mercado social de emprego; ✘ Incentivar a integração na vida activa das mulheres (ex. Empresas de Inserção); ✘ Apostar no mercado de emprego de base social, incentivando a fixação de quadros médios e superiores;
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Promover o aumento da qualidade e equidade de oportunidades de acesso aos sistemas locais de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Articular e organizar os recursos de saúde, segundo o critério geográfico e populacional (implantado tanto nas zonas rurais como urbanas) e desenhado a partir das necessidades da comunidade que serve; ◆ Colmatar lacunas na rede de extensões de saúde na região; ◆ Adaptar as extensões de saúde às necessidades das populações;

Linhas Estratégicas de Acção	Objectivos Específicos
<p> Definição de uma política educativa adequada à realidade local e regional, articulando todas as vertentes do sistema educativo</p> <p> Reabilitar o Parque Habitacional Rural</p> <p> Dinamização do movimento associativo existente no Concelho</p>	<ul style="list-style-type: none">  Incentivar a aplicação da telemedicina, tornando o acesso a médicos especialistas mais fácil;  Captar investimento privado na área da saúde;  Readaptar os espaços desactivados das escolas do 1.º ciclo, para novas funções de apoio à comunidade;  Melhorar a qualidade de ensino, tirando partido da diminuição do número de alunos no ensino básico e secundário;  Incentivar dinâmicas associativas locais, criando respostas de animação sócio-educativa complementares/curriculares;  Promover a criação de uma Escola Profissional;  Promover o ensino científico e tecnológico através da criação de programas e de espaços de formação e divulgação científica (Centros de Ciência Viva e Parques Tecnológicos);  Alargar o leque de áreas de formação no Ensino Secundário e Superior;  Intensificar as relações entre os diversos níveis de ensino, consolidando as estruturas regionais de Ensino Superior que servirão de estímulo à iniciativa e à inovação empresarial;  Articular as vertentes do sistema educativo;  Alargar o número de cursos de Ensino Recorrente e de Alfabetização a outras freguesias rurais;  Criação de espaços de ATL na Sede de Concelho para alunos provenientes do meio rural;  Criar condições de salubridade e conforto no parque habitacional rural, particularmente nas habitações de idosos e deficientes;  Incentivar o ressurgimento do voluntariado por forma a promover a dinamização das associações existentes no Concelho;  Incentivar a criação de associações juvenis;  Promover a diversificação das actividades do movimento associativo

IV. Rede social e Complementaridade: Projectos Sociais em Curso

O Desenvolvimento Local é um conceito e uma prática que encerra uma perspectiva global e estruturante, razão pela qual deve ser encarado nas suas diferentes vertentes e contornos. Nesta perspectiva, todos devem ter plena consciência do papel que lhes cabe, mediante os princípios de uma cidadania participada e responsável.

Baseado nas necessidades da população do Concelho de Macedo de Cavaleiros, que têm vindo a ser coordenados projectos e articuladas medidas de intervenção.

O Projecto de Luta Contra a Pobreza - *GUESTA*, no terreno desde Janeiro de 2000, tem em vista estabelecer e consolidar parcerias para quebrar o isolamento, geográfico e social, de grupos sociais mais desfavorecidos, intervindo na satisfação das suas necessidades quotidianas (saúde, habitação, educação, tempos livres, cultura), por forma a promover a autonomia dos indivíduos, favorecendo as relações de grupo e a prossecução de práticas e atitudes conviviais. Os grupos-alvo privilegiados, tendo em conta o diagnóstico concelhio são a terceira idade, pessoas portadoras de deficiência (sobretudo adultos com pais idosos), jovens em risco (de toxicodependência) e famílias monoparentais carenciadas. De um modo generalizado, pretende intervir na população do Concelho no seu todo, já que tem ao seu dispor um Gabinete de Atendimento e Encaminhamento no qual são tratadas as suas dificuldades/necessidades, assim como poderão usufruir das restantes acções que este projecto encerra: os idosos e deficientes (com problemas económicos) poderão beneficiar de uma intervenção adequada na sua habitação para a criação de condições mínimas de salubridade e conforto; o quotidiano destes grupos é dinamizado mediante a implementação dos Pólos de Apoio à Comunidade (que, enquanto espaço multigeracional, serve também outros grupos, como o das famílias monoparentais); o desenvolvimento de acções de formação de aperfeiçoamento profissional, simultaneamente dão competências a nível do cuidado e apoio a idosos, familiares e outros e também em gestão de economia doméstica e incentivam as redes de entre ajuda de carácter comunitário. Particularmente, os deficientes têm a oportunidade de ocupar os tempos livres e eventualmente (sempre que a sua condição pessoal o permita) aprender uma actividade profissional através dos Ateliers Ocupacionais.

Os jovens em risco (toxicodependentes) e suas famílias são apoiados mediante o Gabinete de Apoio existente, podendo fazer-se o encaminhamento para tratamentos de saúde e /ou procurando a sua (re)inserção sócio-profissional através da parceria com o Programa Vida-Emprego.

A população beneficiária do Rendimento Mínimo Garantido, pelos elementos que as caracterizam, são um grupo genericamente visado pelas medidas de política social, pelo que são consideradas quer pelos Projectos de Luta Contra a Pobreza, quer por outros projectos e medidas, promovendo a sua gradual reintegração social. Os Programas de Inserção considerados pela medida têm vindo a ser incrementadas pela CLAS de Macedo de Cavaleiros, assim como tem havido a preocupação de dar um tratamento individualizado às problemáticas de cada agregado considerado.

O Projecto Salta-Pocinhas do Programa Ser Criança, recentemente aprovado, tem como finalidade promover acções integradas, interventivas e preventivas dirigidas a crianças e jovens oriundas de famílias disfuncionais, entre elas beneficiários do RMG, assim como as próprias famílias e comunidade envolvente (grupo de pares, professores, profissionais de saúde).

Conjuntamente com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, pretende-se prevenir e encaminhar situações de risco, através de um conjunto de acções concretas, contribuindo para o desenvolvimento integral e harmonioso do grupo visado, incentivando a cidadania.

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres procura promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e mobilizar os intervenientes da vida económica e social para a sua plena concretização. Neste âmbito, a Câmara Municipal, aproveitando a possibilidade de beneficiar de apoio comunitário, fez uma candidatura com vista à criação de um Espaço de Informação para as Mulheres mediante o qual se pretende apoiar esta categoria: na identificação dos seus saberes pessoais e profissionais; na procura de formação profissional adequada ao seu caso particular; na procura de emprego; na clarificação e encaminhamento de projectos para a criação de auto-emprego. Este projecto tem como meta, suscitar o progressivo envolvimento e inter-cooperação entre entidades públicas e privadas para o melhor aproveitamento dos recursos de modo a facilitar a (re)inserção profissional das mulheres em empregos “regulares” e/ou trabalho gerador de rendimento, tornando-as em parceiros activos do desenvolvimento local e regional.

O Projecto FIGO (Formação Integrada para Grupos em Organização), é uma candidatura ao III quadro Comunitário de Apoio – Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social, Medida 5.3 e está vocacionado para a Formação. Tem como finalidade realizar quatro cursos de formação profissional, com a duração de dez meses e dirige-se a grupos populacionais especialmente desfavorecidos. Destes se destacam: mulheres, beneficiários de R.M.G., toxicodependentes em fase de recuperação, desempregados de longa duração e jovens à procura de 1º emprego, já que são as categorias sociais que requerem uma intervenção mais cuidada a este nível.

Estes cursos privilegiam sectores de actividade em ascensão no Concelho e no Distrito (recuperação de actividades e saberes tradicionais, preservação dos espaços verdes e exploração dos recursos turísticos), tentando-se desta forma responder a dois problemas sociais. Por um lado, formar indivíduos capazes de responder às necessidades destes sectores, que começam agora a expandir-se, e por outro, contribuir para a autonomização de grupos socialmente desfavorecidos.

A Rede Social tem a preocupação de estudar e sistematizar os dados recolhidos sobre as várias problemáticas sociais do Concelho, produzindo indicadores que conduzem à intervenção social.

As suas premissas essenciais assentam no desenvolvimento de uma cultura de parceria, entendido como o envolvimento sistemático de todas as entidades públicas e privadas que actuam numa comunidade, procurando a optimização e eficácia de todas as medidas e projectos criados, assim como um envolvimento real e consciente dos agentes de desenvolvimento. Deste modo, através de uma planificação estratégica, procura-se promover o desenvolvimento social local, servindo a complementaridade das várias políticas para a unificação de esforços e recursos e para a integração de projectos de diferentes parceiros locais, numa acção concertada e coerente.

O Espaço Social ESTEVA, candidatura ao QCA III, Medida 5.6, é o corolário de todo o trabalho desenvolvido e agora apresentado. O ESTEVA – pretende ser um Espaço de consulta e experimentação de novos métodos, de troca de experiências e de apoio prático, visando a promoção de formação profissional, a inserção na vida activa, actividades lúdico-recreativas, ateliers ocupacionais, entre outras iniciativas. Assim, nele irão funcionar a Ecoteca (espaço de promoção ambiental dedicado à população estudantil e aberto a toda a comunidade), o Salta-Pocinhas, com a Ludoteca, o Posto de Informação Juvenil (espaço privilegiado de informação e difusão de artes, ideias e

acontecimentos de índole lúdico-desportiva e curricular), os Ateliers Ocupacionais para Deficientes; a UNIVA (espaço de apoio e encaminhamento na vida activa da população jovem), o Centro de Estudos Sericícolas, que fará a coordenação das actividades a desenvolver na região nos domínios da investigação, preservação e divulgação da actividade sericícola em Trás-os-Montes, a Rede Social e um Laboratório de Fotografia, destinado a apoiar e complementar todos serviços/projectos sociais e culturais, numa perspectiva de promoção e divulgação das suas acções. Para além do referido, o ESTEVA terá também uma vertente de formação, voltada para os objectivos e metas descritos, nomeadamente a formação de mulheres (no âmbito da produção de produtos tradicionais e da confecção de refeições, bem como a arte de bem servir, de bem estar), com vista à criação de empresas de inserção.

A Autarquia disponibiliza assim esta infra-estrutura para as mais variadas finalidades de índole social e cultural, desenvolvendo projectos e serviços dirigidos a grupos distintos, com objectivos específicos, mas que da sua conexão resulta um tratamento integral das problemáticas. Neste âmbito, o Espaço ESTEVA irá implementar medidas numa base social e societária, gerando mudanças positivas no quotidiano da comunidade.

O TERRA – Projecto de Desenvolvimento é uma candidatura à Medida 5.1. do QCA III visa complementar a actividade exercida, traçando novas metas que promovam uma maior aproximação entre a comunidade e os seus recursos. Deste modo, desenvolve acções de dinamização rural e comunitária, apresentando como elementos inovadores a criação de Missões Sociais Locais, que procuram mobilizar, no plano local, os agentes de desenvolvimento, através da definição de uma política de inserção que ponha em prática respostas adaptadas aos problemas encontrados. Estas missões englobam a resposta a situações urgentes mas também a planificação adequada, baseada na formação e nas necessidades quotidianas da comunidade genericamente consideradas.

Um outro ponto de destaque são a implementação de acções de formação para Líderes Locais, considerando que estes agentes, sendo fundamentais para a elaboração e execução de projectos, muitas vezes não estão vocacionados para dar as respostas adequadas aos desafios e dificuldades das comunidades que servem, constituindo verdadeiros entraves ao desenvolvimento.

A criação de um Telecentro procura satisfazer uma necessidade vital da população relativamente às novas tecnologias de informação, mediante a aquisição de novas competências nesse domínio. Este serviço terá um carácter descentralizador, servindo de uma unidade móvel devidamente equipada que irá prestar um serviço a toda a população do Concelho, constituindo uma mais valia aplicável às novas exigências da sociedade, quer económicas, quer sociais ou ainda lúdico-culturais.

O Projecto TERRA pressupõe ainda uma forte componente informativa e de divulgação, integrando acções como seminários (abordando assuntos de interesse para o desenvolvimento local), certames de produtos tradicionais e divulgação de serviços e equipamentos e a publicação de documentos de âmbito social.

Este é já um longo caminho percorrido, cujo esforço resultou na concretização de algumas metas, mas o tempo não pára e a realidade atravessa sempre novas e complexas mutações, razão pela qual é necessário continuar a investir e empreender, ajustando todo o trabalho numa planificação adequada, sistemática e flexível, para que seja possível antever alguns fenómenos e alcançar os resultados numa base de sucesso duradouro.

V. Projectos de Intervenção. Introdução

O Desenvolvimento Social só pode ser promovido se for integrado numa política global, construída sobre os pilares da modernidade, igualdade de oportunidades e sob uma abordagem integrada.

As medidas de intervenção deverão focalizar a atenção no meio rural, porque quando este morre, é também uma parte das cidades que desaparece. O envelhecimento crescente da população e o seu progressivo isolamento colocam em jogo espaços de lazer, comunidades locais, espaços de vida ricos em tradição, mas também – e sobretudo – empregos. O potencial de criação de empregos das zonas rurais é considerável, se se pensar no sector dos serviços. Mas isto implica pôr em prática as condições de base do desenvolvimento: sem infra-estruturas modernas, as empresas não investirão, o turismo não será atractivo e na falta de empregos, o êxodo da população persistirá.

Simultaneamente, é necessário compreender os meios e as finalidades do desenvolvimento: é em grande parte, ao apostar na riqueza e diversidade da sua identidade e do seu património cultural, que a Região vai poder desenvolver actividades económicas geradoras de valor acrescentado e de emprego. Reciprocamente, a afirmação da identidade cultural regional e a melhoria da qualidade de vida induzidas por estas actividades reforçam o orgulho dos naturais e o seu sentimento de pertença a um território, garantias de sobrevivência e de desenvolvimento.

Com base nestes pressupostos, tentámos conceber alguns projectos que constituíssem respostas concretas aos problemas apresentados no diagnóstico. Porém, as hipóteses propostas devem ser encarados como não como um produto acabado, mas antes como instrumentos de trabalho cujos pressupostos e metas deverão ser continuamente discutidos e redefinidos, contribuindo para a construção de uma política regional de desenvolvimento social e cultural.

Esquema Tipológico dos Projectos

1. Projectos Estruturantes:

- 1.1. Observatório Social;
- 1.2. Equipamentos:
 - 1.2.1. Centro de Apoio a Deficientes;
 - 1.2.2. Centro de Atendimento a Jovens em Risco;
 - 1.2.3. Unidades de Apoio Integrado;
 - 1.2.4. Espaços Multiserviços;
- 1.3. Formação:
 - 1.3.1. Unidades de Formação de Âmbito Social

2. Outros Projectos:

- 2.1. Empresas de Inserção na Área da Reabilitação Habitacional;
- 2.2. Mercearias Rurais;
- 2.3. Transporte Rural Colectivo;

2.4. Empresas de ATL's;

2.5. Empresas de Mulheres.

TÍTULO	Observatório Social	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante
DESCRIÇÃO:			
<p>Este projecto tem como objectivos: conceptualizar, operacionalizar, implementar e avaliar os indicadores de caracterização social da região.</p> <p>Pretende-se que o Observatório seja um instrumento de recolha e sistematização de dados sócio-económicos da população e de avaliação dos processos de integração social.</p> <p>Deverá possuir um levantamento actualizado dos recursos materiais e humanos da região.</p> <p>Terá que organizar um núcleo, que, em articulação com o Observatório, assegure a formação de técnicos e outros agentes sociais.</p>			
JUSTIFICAÇÃO:			
<p>Os problemas sociais detectados no diagnóstico justificam a necessidade da criação de um instrumento de observação, consistindo, este, na explicitação, no aprofundamento e na análise dos problemas previamente identificados, servindo de base para programar acções concretas e, ao mesmo tempo, proporcionar um quadro referencial que funcione para seleccionar e estabelecer estratégias de actuação.</p>			
TOMADORES EVENTUAIS:			
<p>Este projecto deverá ser organizado pelo Centro Distrital de Solidariedade e de Segurança Social de Bragança – Serviço Local de Macedo de Cavaleiros, tendo como parceiros o Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros, a Autarquia, IPSS's, Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, Associações Empresariais, CAE de Bragança.</p>			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
<p>Através deste instrumento consideramos que será possível a apreensão dinâmica dos mecanismos de des/inserção sócio-profissional tendo em vista um reajustamento sistemático do diagnóstico e metodologias de intervenção para uma acção mais informada e eficaz.</p>			
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:			
<p>População do Concelho de Macedo de Cavaleiros</p>			
LOCALIZAÇÃO:			

Espaço Social ESTEVA
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Programa EQUAL
OUTRAS CONSIDERAÇÕES:
Consideramos ser este o projecto prioritário na área social, pois, só com um conhecimento real do terreno é que será possível avançar para a elaboração de projectos e acções concretas para serem desenvolvidas a nível local.

TÍTULO	Centro de Apoio a Deficientes	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante (Equipamento)
DESCRIÇÃO:			
Este tipo de equipamento deverá consistir essencialmente no apoio domiciliário. O Centro de Apoio a Deficientes deverá ser um espaço de inserção na vida activa, tendo para tal de ser detentor de uma diversidade de respostas aos vários problemas existentes neste domínio, assim como técnicos especializados nas várias áreas. Deverá existir uma ligação estreita com os serviços de saúde local e de acção social, não descurando o apoio às famílias através de unidades móveis e de gabinetes de psicologia.			
JUSTIFICAÇÃO:			
Através do diagnóstico observou-se a existência de um elevado número de deficientes adultos, sem actividades ocupacionais, que lhes permitam uma maior satisfação pessoal e simultaneamente uma participação activa na comunidade onde estão inseridos.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
A Autarquia, aproveitando o Espaço Social ESTEVA, em parceria com a ADIMAC (Projecto GIESTA), Centro de Saúde, Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros Serviço Local de Segurança Social e equipamentos sociais - IPSS's.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Imprimir dinamismo ao quotidiano, a manutenção física, intelectual e artística e sempre que seja possível a aprendizagem de uma actividade profissional.			
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:			
População portadora de deficiência.			
LOCALIZAÇÃO:			

O Centro ficará sediado no Espaço Social ESTEVA
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Necessidade de sensibilização das entidades de âmbito social para este tipo de problemas. Rendimentos baixos destes destinatários.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Programa EQUAL

TÍTULO	Centro de Atendimento para Jovens em Risco	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante (Equipamento)
DESCRIÇÃO:			
Deverá ser um espaço aberto no qual os jovens em risco possam expor os seus problemas, para os quais serão apoiados e encaminhados, bem como as suas famílias. Simultaneamente poderão desenvolver aptidões e competências, promovendo a sua preparação para a (re)inserção na vida activa. Neste espaço será considerada a componente de formação profissional, estabelecendo ligações ao espaço exterior através de protocolos com instituições privadas e públicas para inserção profissional, educativa e social.			
JUSTIFICAÇÃO:			
Dada a necessidade de criar no Concelho um equipamento que faça face a problemáticas vivenciadas pelos jovens, designadamente toxicoddependência, gravidez e monoparentalidade na adolescência, delinquência juvenil, pretende-se criar um espaço que tenha em primeiro lugar um carácter preventivo, muito embora procure dar soluções concretas relativamente aos problemas apresentados, encaminhando-os para as instituições respectivas.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
A Autarquia, em parceria com a ADIMAC (Projecto GIESTA), o Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros, o Centro de Saúde, o Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros, o Instituto de Reinserção Social, a CLA do RMG de Macedo de Cavaleiros, os Agentes Educativos, a Associação FRAGAS, entre outros.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Permitir o acompanhamento por técnicos especializados e, simultaneamente, realizar a sua reinserção na comunidade.			
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:			
Toxicoddependentes, Jovens em risco e famílias			

LOCALIZAÇÃO:
Espaço Social ESTEVA/Projecto GIESTA
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Sensibilização dos agentes locais para a necessidade de desmistificação desta realidade e de um envolvimento generalizado.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Programa EQUAL, Programa Vida-Emprego e o Projecto Vida

TÍTULO	Unidades de Apoio Integrado	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante (Equipamento)
DESCRIÇÃO:			
<p>É uma estrutura de prestação de cuidados multidisciplinares de convalescença e de reabilitação. Pretende-se através destas unidades promover autonomia das pessoas atingidas e reforçar as capacidades e competências das famílias no que se refere ao tratamento e acompanhamento das situações, privilegiando a prestação de cuidados no domicílio ou a prestação desses cuidados na própria unidade.</p>			
JUSTIFICAÇÃO:			
<p>Este modelo de intervenção visa responder de forma global e integrada às necessidades das populações dependentes, não só em função do tipo de dependência, mas também, dos contextos sócio-familiares em que se inserem.</p>			
TOMADORES EVENTUAIS:			
<p>IPSS's em articulação com os serviços de saúde e acção social, estando assegurada a continuidade dos projectos, pelos protocolos e parcerias estabelecidos.</p>			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
<p>Este apoio integrado visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida e promover a inserção social; Favorecer e privilegiar a permanência no domicílio e no meio familiar e social; Colaborar com as famílias, reforçando as suas capacidades e competências. 			

BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:
Pessoas em situação de dependência física, mental ou social, transitória ou permanente.
LOCALIZAÇÃO:
Deverão estar localizadas nas comunidades onde existem equipamentos sociais (IPSS's).
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Falta de técnicos disponíveis para prestar serviços nestas unidades, a pouca abertura das IPSS's locais para abarcarem projectos deste tipo.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
PAII (Programa de Apoio Integrado ao Idoso)
OUTRAS CONSIDERAÇÕES:
Uma das graves situações com que se debate o Concelho, é o grande número de idosos que se encontram sós e isolados.

TÍTULO	Espaços Multiserviços	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante (Equipamento)
DESCRIÇÃO:			
Em virtude da diminuição do número de alunos do 1º ciclo, vão existindo cada vez mais edifícios escolares desactivados. Daí a necessidade de criar projectos de reutilização destes espaços com funções de multiserviços. Tornando-os em espaços de lazer e cultura multigeracionais e de apoio à saúde. Estes locais deverão estar ligados em rede com os principais serviços públicos: autarquias, finanças, centros de saúde e outros, a informação deve ser constantemente actualizada e adaptada às necessidades da comunidade. O serviço de apoio domiciliário com refeições e outros serviços, deverá também ser instalado através destes centros.			
JUSTIFICAÇÃO:			
A desertificação de Escolas do 1º ciclo e a necessidade de criar locais de multiserviços no meio rural.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Autarquias, estabelecendo acordos com empresas privadas que possam desenvolver alguns dos serviços instalados nestes centros.			

EFEITOS ANTEVISTOS:
Melhoria da qualidade de vida, maior ligação destas populações rurais ao mundo exterior e promoção do convívio entre diferentes gerações.
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:
Populações rurais isoladas.
LOCALIZAÇÃO:
Meio rural.
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Falta de empresas privadas que possam assegurar alguns dos serviços destes centros. Carência de quadros técnicos.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Leader +

TÍTULO	Unidade de Formação de Âmbito Social	TIPOLOGIA	Projecto Estruturante (Formação)
DESCRIÇÃO:			
Este equipamento estará direccionado para a formação de técnicos profissionais de âmbito social: Assistentes, Animadores Sociais, Socorristas, etc.			
Com currículos articulados com a comunidade e vocacionados para o trabalho com públicos específicos: crianças, idosos, deficientes, toxicodependentes, grupos de risco e outros.			
JUSTIFICAÇÃO:			
A carência de formação intermédia em áreas de grande importância para o Concelho e a Região em geral (de acordo com o diagnóstico).			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Autarquias, associações locais, Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros, iniciativa privada.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Aumento da oferta de cursos intermédios na região que terá como consequência o aumento da mão-de-obra especializada.			

BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:
Os jovens e as instituições que trabalham no terreno no âmbito social.
LOCALIZAÇÃO:
Macedo de Cavaleiros.
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
A falta de iniciativa das associações e das instituições.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
PRODEP III

TÍTULO	Empresa de Inserção na Área da Reabilitação Habitacional	TIPOLOGIA	Outros Projectos
DESCRIÇÃO:			
<p>Em primeiro lugar será necessário efectuar um estudo de pormenor relativo ao Parque Habitacional do Concelho, identificando a necessidade de novas habitações e de habitações susceptíveis de reabilitação.</p> <p>A partir deste estudo, deverão promover-se medidas de reabilitação do parque habitacional para fins sociais, que deverão ser acompanhadas de financiamentos especiais.</p> <p>Esta acção deverá ser acompanhada de acções de formação no domínio da construção tradicional, possibilitando a estes artesãos a posterior constituição de empresas especializadas na reabilitação de habitações tradicionais.</p>			
JUSTIFICAÇÃO:			
<p>Tendo em conta a existência de um parque habitacional degradado nas freguesias rurais e simultaneamente a necessidade de criar habitações sociais, poder-se-á conjugar uma acção que reabilite esse parque para fins sociais e, ao mesmo tempo, crie emprego para desempregados sem formação.</p>			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Iniciativa privada ou/e autárquica.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Reabilitação do parque habitacional no meio rural, criação de habitações sociais, sensibilização e formação de artesãos no domínio da construção civil e criação de emprego.			

BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:
População do meio rural.
LOCALIZAÇÃO:
Comunidades rurais.
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Inexistência de um levantamento exaustivo sobre o parque habitacional do território. Pouca tradição na reconstrução de habitações para fins sociais. Legislação de apoio à reabilitação do parque habitacional pouco flexível.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
INH, Fundos Comunitários, LEADER +
OUTRAS CONSIDERAÇÕES:
A política de construção de bairros sociais, pode ser complementada, na região, pela reabilitação de habitações degradadas, permitindo, assim, manter as famílias no seu local de residência habitual.

TÍTULO	Mercearias Rurais	TIPOLOGIA	Outros Projectos
DESCRIÇÃO:			
As mercearias das pequenas localidades rurais poderão fazer acordos com outros serviços comerciais instalados na sede de concelho, com o objectivo de fornecer uma gama mais vasta de produtos e serviços às populações que servem (ex. protocolos com farmácias para o fornecimento de medicamentos a doentes crónicos, com os CTT e com a Autarquia).			
JUSTIFICAÇÃO:			
O despovoamento do meio rural tem vindo a fazer desaparecer muitos dos serviços essenciais. É necessário portanto fazer renascer os serviços de modo a melhorar a atractividade e a qualidade de vida das populações.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Iniciativa privada, através de acordos com empresas públicas e privadas (CTT, Farmácias, Autarquia, etc.).			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Criar serviços de proximidade em locais mais isolados.			

Reunir diversos serviços no mesmo estabelecimento, aumentando o número de transacções e a viabilidade económica dos mesmos.

BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:

População dos meios rurais.

LOCALIZAÇÃO:

Meio Rural

OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:

A legislação sobre a venda de medicamentos.

Dificuldades em estabelecer parcerias entre os diferentes organismos públicos e privados, prestadores de serviços e de bens e os pequenos comerciantes rurais.

EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:

Leader +

TÍTULO	Transporte Rural Colectivo	TIPOLOGIA	Outros Projectos
DESCRIÇÃO:			
<p>Trata-se da organização de um sistema de transporte através do estabelecimento de uma parceria entre a Autarquia, empresas transportadoras e estabelecimentos comerciais locais. O serviço de transporte funciona através de reserva feita pelo interessado no estabelecimento comercial, que emite bilhetes sobre estas reservas. O estabelecimento comercial entrega ao Táxi os bilhetes emitidos, podendo aplicar reduções segundo o número de pessoas que fazem a mesma viagem. O taxista cobra o preço inscrito no bilhete e envia mensalmente a factura das deslocações calculadas segundo uma tabela de distâncias e o preço do km, previamente acordado com as autarquia, que pagará o excedente.</p>			
JUSTIFICAÇÃO:			
<p>O isolamento de algumas populações tem levado ao desaparecimento de serviços que hoje se encontram na maior parte dos casos apenas nas sedes do concelho. É necessário criar um sistema de transporte colectivo que permita a essas populações deslocarem-se com mais facilidade aos centros urbanos mais próximos.</p>			
TOMADORES EVENTUAIS:			
<p>Empresas privadas e Autarquia.</p>			

EFEITOS ANTEVISTOS:
Aumentar a mobilidade e a qualidade de vida das populações rurais.
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:
População rural, sobretudo população idosa e potenciais turistas
LOCALIZAÇÃO:
Meio Rural
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Dificuldades no estabelecimento de parcerias entre as autarquias, as empresas transportadoras e os estabelecimentos comerciais locais. Pouca capacidade financeira de algumas autarquias para assegurarem um serviço de transporte deste género.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Leader +

TÍTULO	Espaços de ATL's	TIPOLOGIA	Outros Projectos
DESCRIÇÃO:			
Empresas direccionadas para a ocupação dos tempos livres dos jovens, com ateliers em vários domínios, sobretudo vocacionados para a sensibilização e valorização da cultura autóctone.			
JUSTIFICAÇÃO:			
A necessidade de valorizar a cultura autóctone e a inexistência destes espaços na região; Carência de actividades de ocupação dos tempos livres dos jovens.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Autarquias, em parceria com a Secretaria de Estado da Juventude, a Ecoteca e os Agentes Educativos.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Tornar estes jovens em agentes de desenvolvimento e contribuir para a formação de lideres autóctones e prepará-los para a sua futura fixação na região.			
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:			

População Jovem.
LOCALIZAÇÃO:
Espaço Social ESTEVA
OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:
Falta de iniciativa privada. Crescente atractibilidade dos jovens por formas culturais exteriores. Falta de iniciativas do corpo docente que poderiam ser estimuladoras de iniciativas neste âmbito.
EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:
Programas direccionados para jovens; QCA III

TÍTULO	Empresas de Mulheres	TIPOLOGIA	Outros Projectos
DESCRIÇÃO:			
A promoção destas empresas pode ser feita sobre a forma de cooperativas, associações ou micro-empresas. Estas empresas poderão dedicar-se a actividades como por exemplo: produção de especialidades regionais, recolha e acondicionamento de plantas medicinais, produção artesanal ou prestação de serviços de apoio à comunidade (tratar de crianças, idosos, deficientes, etc.).			
JUSTIFICAÇÃO:			
Sendo um facto que o desemprego afecta muito mais as mulheres do que os homens, surge a necessidade de reconhecer as mulheres como “recursos humanos primordiais” e por consequência, incentivá-las a tornarem-se mais activas economicamente.			
TOMADORES EVENTUAIS:			
Associações.			
EFEITOS ANTEVISTOS:			
Envolver as mulheres no desenvolvimento rural significa, também, assegurar a sua participação na elaboração do projecto e na tomada de decisão, no que diz respeito à escolha de objectivos, estratégias, acções de desenvolvimento a implantar.			
BENEFICIÁRIOS / DESTINATÁRIOS:			
Mulheres desempregadas;			

População em geral.

LOCALIZAÇÃO:

Estas empresas poderão localizar-se em diversos pontos do Concelho, devendo-se adaptar o seu ramo de actividade às tradições e às carências das comunidades concretas.

OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR:

Fraca dinamização do movimento associativo;
Falta de iniciativa privada.

EVENTUAIS ENQUADRAMENTOS FINANCEIROS:

Programa EQUAL

BIBLIOGRAFIA

De seguida apresentam-se algumas referências bibliográficas que serviram para incentivar a reflexão.

AMARO, Rogério Roque (1991), "Caminhos de des-envolvimento para a Beira Interior – 10 interrogações" in *Poder Local. III Jornadas para a Beira Interior*, n.º 102, pp. 62-80

AMARO, Rogério Roque (1998), "O Desenvolvimento Local em Portugal – As Lições do Passado e as Exigências do Futuro" in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Faro: Associação IN LOCO, pp. 60-64

AZEVEDO, Rui (1993), "Três Elementos fundamentais do desenvolvimento local: os animadores locais, as redes de cooperação e parceria" in *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 205-216

CARDOSO, Abílio (1996), *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil da FEUP

HENRIQUES, José Manuel (1987), "Municípios portugueses: A caminho de um estilo alternativo de desenvolvimento" in *Sociedade e Território*, Ano 3, n.º9, pp. 121-127

HENRIQUES, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa: Escher Publicações

JACINTO, Rui (1994), "Território e intervenção municipal: os municípios e a promoção local do desenvolvimento" in *Manual do Eleito Local*, Coimbra: Centro de Estudos de Formação Autárquica, Vol. I, pp. 69-91

LOPES, A. Simões (1995), *Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Edição

MELO, Alberto (1998), "Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local" in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Faro: Associação IN LOCO, pp. 5-8

MOZZICAFREDDO, Juan *et al* (1991), *Gestão e legitimidade no sistema político local*, Lisboa: Escher Publicações

MOZZICAFREDDO, Juan (1993), "Estratégias políticas de desenvolvimento local" in *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 77-102